

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e dezanove.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos procurar rentabilizar os nossos trabalhos e ser disciplinados nas intervenções. Não quero cortar a palavra a nenhum Deputado Municipal porque tudo o que for importante tem que ser dito.

Espero que tenham tido um excelente Verão. Fui-me dando conta que pela nossa terra foram realizadas várias iniciativas, nomeadamente a EXPOH, e também as Juntas de Freguesia fizeram variadíssimas realizações lúdicas e culturais. É uma boa dinâmica que proporciona atratividade ao Concelho.

Dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Luís Fernando Correia da Conceição Santos.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Eng.^o Rui Daniel Dias Fernandes.

O Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pela Sra. Maria do Céu Mendes Castanheira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, não está presente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, também não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalho Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Temos três atas para aprovar, nomeadamente a ata da Sessão Extraordinária de vinte e nove de março de dois mil e dezanove, a ata da Sessão Ordinária de vinte e seis de abril de dois mil e dezanove e a ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove.

Passamos à apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária de vinte e nove de março de dois mil e dezanove: Pergunto se há alguma alteração ao teor da ata Não havendo alterações ao teor da ata vamos proceder à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de março de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Passamos agora à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e seis de abril de dois mil e dezanove. Pergunto se há alguma alteração ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata vamos proceder à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos proceder à apreciação e votação da ata da Sessão da Sessão Ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove. Pergunto se há alguma alteração ao teor da ata.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Na Intervenção do Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Eng. Carlos Artur Maia, não aparece a referência que “*antigamente ainda havia pessoas honestas no CDS-PP*”.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Independentemente de depois vermos o que fazer, quero aproveitar para recordar a Lei 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais. Queria só recordar que o artigo 57º diz o seguinte: “*De cada sessão ou reunião é lavrada a ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando designadamente a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e*

deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e bem assim o facto de a ata ter sido lida e aprovada.”

Relativamente a este aspeto, já não é a primeira vez que é levantada a questão das atas refletirem completamente as intervenções. Como sabem, é a Esmeralda que ouve as gravações e escreve as atas. Eu quando posso leio as atas mas não tenho presente se a ata tem tudo o que foi dito. Tenho, mais ou menos, a noção daquilo que eu disse. Normalmente a minha intervenção é mais para sugerir alguma condensação porque quando estamos a falar repetimo-nos bastante. Eu própria já me tenho dado conta disso quando estou a ler as minhas intervenções. A linguagem falada é diferente da linguagem escrita e, por isso, há ajustes que são feitos.

Relativamente ao que a Sra. Deputada do CDS levantou: A Sra. Deputada o que é que propõe que se faça em presença da ausência dessa frase?

Temos que acertar aqui o seguinte: A tarefa da Esmeralda neste contexto também não é fácil. Acho que devemos procurar ser concisos nas nossas intervenções e quando fazem intervenções relativamente às quais consideram que é fundamental que a ata reflita tudo, acho que é importante darem o apontamento escrito à Esmeralda. Acho que é um bom princípio porque assim garantidamente não há lacunas mas tenham presente que as atas não são transcrições *ipsis verbis*. Como a lei refere as atas são resumos das intervenções com o que é considerado importante e relevante.

Que fique claro a Esmeralda é experiente a fazer atas e deve tornar o texto minimamente coerente mas sem subverter absolutamente nada.

Dito isto, concluo que a Sra. Deputada teria gostado que estivesse a frase mas, como também não propõe nada, fica o registo.

Não havendo mais intervenções relativas ao teor da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove vamos proceder à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem temos constituído o Grupo de Trabalho para acompanhar o desenvolvimento do tema Lítio com o objetivo de termos mais informação.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento do Lítio, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, vai dar uma pequena nota sobre o andamento dos trabalhos.”

Depois o Presidente da Comissão de Acompanhamento do Lítio, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A Comissão de Acompanhamento do Lítio reuniu ontem, dia vinte e seis de setembro, e aprovou o seu Regimento e o seu Plano de Trabalhos.

O Regimento fixa as regras do funcionamento da Comissão, nomeadamente quanto à realização de reuniões e audições.

O Plano de Trabalhos, com um âmbito temporal de vinte e seis de setembro a fevereiro de dois mil e vinte, prevê que a Comissão irá desenvolver as seguintes ações:

a) Elaboração de relatório descritivo do enquadramento legal e respetivos procedimentos aplicáveis à pesquisa/prospecção e exploração de depósitos minerais;

b) Elaboração de relatório de caracterização genérica das áreas objeto do pedido de pesquisa de depósitos minerais;

c) Audições de entidades públicas e privadas sobre o pedido de prospecção.

Por fim, prevê-se que a Comissão realize até fevereiro, pelo menos, três reuniões e três audições.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Obviamente que a Comissão de Acompanhamento da Prospecção de Lítio, com representantes das várias áreas partidárias, vai ter que fazer um trabalho de aprofundamento que tem que ser compatível com o desenvolvimento das atividades das pessoas. Há trabalho e há umas horas que têm que ser gastas por parte dos membros. É importante que o Grupo de Trabalho vá tendo informação sólida porque o objetivo dele é documentar-nos para nos podermos posicionar e para percebermos mais de um tema que é atual. Queiramos, ou não, é um tema importante da atualidade nacional.

Este também é um instrumento que a Assembleia Municipal decidiu criar no sentido de sairmos mais informados relativamente a este tema, mesmo que

não venhamos a ser confrontados com nenhum pedido específico de prospeção, mas ficamos a saber mais sobre o assunto.

A Câmara Municipal apresentou-nos hoje a necessidade de incluir mais um Ponto na Ordem do Dia e, por isso, vamos submeter à consideração da Assembleia Municipal a inclusão deste Ponto. Vamos ler o teor do mesmo e a Esmeralda vai distribuir a documentação respetiva para que os Srs. Deputados decidam a forma de se posicionarem quando votarmos a inclusão do Ponto na Ordem do Dia.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Ponto a incluir na Ordem do Dia será o Ponto XI - *“Campus Educativo de Oliveira do Hospital - Novas Instalações para o Ensino Pré-Escolar e do 1º CEB - Execução - Autorização para a repartição de encargos.*

O Presidente da Câmara apresentou à Câmara Municipal a seguinte proposta, que se transcreve na íntegra.

“Considerando que:

A Assembleia Municipal aprovou, em sessão de 28 de dezembro de 2018, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022;

Aquele documento incluía, na rubrica 01 001 2015/01 3 a execução da empreitada em epígrafe, com um valor total previsível de € 3.000.000,00 (três milhões de euros) e com distribuição plurianual dos respetivos encargos nos anos de 2019 e 2020;

Elaborado os respetivos projetos e atualizado o valor previsível de execução só nesta data é que estão reunidos os requisitos para preparação do lançamento do competente processo de contratação pública, com a adjudicação condicionada à obtenção da necessária participação comunitária, o que implica o deslizar da execução para o ano de 2021, pelo que proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua atual redação, solicitar, à Assembleia Municipal, autorização para a repartição dos encargos previsíveis com aquela empreitada, da seguinte forma: 2019 - € 900.000,00 (novecentos mil euros); 2020 € 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros) e 2021 - € 700.000,00 (setecentos mil euros) totalizando € 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil euros).”

Após análise, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.”

Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a inclusão na Ordem do Dia do Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de autorização para a repartição dos encargos previsíveis com a empreitada Campus Educativo de Oliveira do Hospital – Novas Instalações para o Ensino Pré-Escolar e do 1º CEB, da seguinte forma: 2019 - € 900.000,00 (novecentos mil euros); 2020 € 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros) e 2021 - € 700.000,00 (setecentos mil euros) totalizando € 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil euros), que foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, São Gião, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2018, no valor total de 25.084,80 € (vinte e cinco mil, oitenta e quatro euros e oitenta cêntimos).

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Aldeia das Dez, como apoio à execução do Projeto de Arquitetura para a “Reconstrução do Solar Pina Ferraz”, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros)

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à realização da 17.ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00 € (sete mil euros).

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio à

realização da “Festa do Pão, Bolos e Bolas 2019”, no montante de 2.000, 00 € (dois mil euros).

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais para Acordo Quadro de Fornecimento de Refeições Escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Abertura de Procedimento.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, da proposta de valorização dos ativos dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento no âmbito do estudo de implementação da APSE - Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2019.

IX - Apreciação e votação da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2020, nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

X - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2020 em função do número de dependentes.

XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de autorização para a repartição dos encargos previsíveis com a empreitada Campus Educativo de Oliveira do Hospital – Novas Instalações para o Ensino Pré-Escolar e do 1º CEB, da seguinte forma: 2019 - € 900.000,00 (novecentos mil euros); 2020 € 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros) e 2021 - € 700.000,00 (setecentos mil euros) totalizando € 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil euros).

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de iniciarmos as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia quero cumprimentar os representantes da Comunicação Social e agradecer a sua presença nas Sessões da Assembleia Municipal, e em concreto nesta Sessão. A presença da Comunicação Social é um sinal do interesse que dão ao debate que aqui se faz e ao que se passa no nosso Concelho. É bom que se divulgue o que é debatido para que outras pessoas, para além das que aqui estão, possam indiretamente participar nos resultados do debate.

Relativamente às inscrições dos Srs. Deputados para o Período de Antes da Ordem do Dia quero dizer o seguinte: É ótimo que haja muitas inscrições porque é sinal de vitalidade e vontade de participar mas vamos procurar cumprir regras e fazer a respetiva intervenção com o máximo de cinco minutos. O Regimento da Assembleia Municipal diz que o tempo reservado para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia é de sessenta minutos mas é possível estender esse tempo desde que dois terços dos Membros da Assembleia Municipal estejam de acordo, e eu calculo que estarão de acordo. A quem passar os cinco minutos corta-se a palavra porque senão isto fica ingovernável.

A outra observação que quero fazer prende-se com o seguinte: Acho muito importante que haja debate. Algumas das intervenções são de informação e outras são de pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo mas, por vezes, tem havido algumas situações em que não vêm aqui para tecer loas uns aos outros. Temos que manter o debate dentro de certas regras. Não querendo de forma nenhuma prejudicar a qualidade do debate, peço que não utilizem terminologia que possa ser interpretada com algum carácter ofensivo de natureza pessoal. Sei que não há essa intenção porque somos todos pessoas de bem e gente que se estima. Vamos procurar minimizar situações que originem intervenções para defesa da honra. Há diferenças de opinião e há coisas que têm que ser ditas, mas têm que ser ditas dentro de certo formalismo.

Vamos então iniciar esta fase nobre da nossa Assembleia que é precisamente o Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero desejar rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Também quero dar os parabéns ao Sr. Deputado Dr. João

Ramalhete, Eng.º João Brito e Nuno Rafael Dias pelo facto de fazerem parte das listas dos seus respetivos partidos, nomeadamente Partido Socialista, Partido Social Democrata e CDS-PP, como candidatos a deputados pelo Circulo Eleitoral de Coimbra. Na minha perspectiva acho que os candidatos do Concelho de Oliveira do Hospital mereciam um lugar mais acima.

A minha intervenção tem como único objetivo, e queria dirigir-me concretamente à Sra. Presidente da Assembleia Municipal como representante máxima do Concelho, mostrar e provar que é de facto possível gerir uma Junta de Freguesia tendo ganho pelo Partido Social Democrata: No dia em que tomei posse, foi no dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e dezassete, despi a camisola do Partido Social democrata e vesti a camisola de Presidente de Junta e todas as vezes que aqui tenho vindo, e virei até ao final do mandato, é sempre para falar em nome da Freguesia de Avô, da vila de Avô e das suas quintas e principalmente das pessoas. Quero mostrar que é de facto possível gerir uma Junta de Freguesia e trabalhar em conjunto, tendo um Executivo Camarário que foi eleito pelo Partido Socialista. Ao longo destes quase dois anos de mandato foram feitas várias iniciativas e várias obras na Freguesia de Avô e espero concretizar mais algumas.

Começaria por dizer que no dia um de outubro de dois mil e dezassete foram realizadas as eleições, e toda a gente sabe os resultados.

No dia oito chegou um pároco novo a Avô, no dia quinze e dezasseis toda a gente sabe o que aconteceu, a história fatídica dos incêndios também afetou e muito Avô, e dia vinte e quatro a tomada de posse. Desde aí foi sempre um trabalhar exaustivo em prol da população nomeadamente nos incêndios de dois mil e dezassete. Na primeira fase todos nós tentámos desenvolver o melhor de ações possíveis para ajudar as pessoas. Nem tudo correu bem, é um facto. Quero aqui salientar que nunca no Executivo de Avô foi deliberado ou denunciado que teria que se recusar o que quer que fosse, e houve um elemento do Executivo que teve a coragem de negar uma embalagem de leite. Não fui eu e nunca dei essas ordens. A pessoa em causa pediu-me desculpa e também não estou aqui para desculpar nada. Estou aqui para dar a cara porque a Comunicação Social interveio e foi resolvido esse problema.

Nesta fase inicial de dois mil e dezassete todo o apoio dado juntamente com o Município em relação às vítimas nas várias iniciativas que houve desde dar utensílios para a agricultura, chapas, em tudo participámos e muito.

Em dezembro de dois mil e dezassete tivemos umas enxurradas que nos danificou muito a Praia Fluvial de Avô e que depois mais tarde viria a ser reconstruída.

Em dois mil e dezoito iniciámos o ano com a recuperação do Miradouro de Avô, com o abate de árvores, com a plantação de novas árvores, com toda a cortina do granito recuperado. Tivemos cerca de quatrocentas árvores oferecidas pela McDonald's plantadas em Avô, tivemos três motocultivadores, tivemos três tratores dados pelas Cáritas e várias ações que foram desenvolvidas desde a limpeza das ruas e dos vários caminhos públicos.

Em setembro de dois mil e dezoito iniciámos os procedimentos Administrativos para a aquisição do equipamento da Extensão de Saúde de Avô. Eu fiz parte do Júri.

Houve um casal que em outubro de dois mil e dezoito confrontou-me com a situação de São Pedro: Todo o arvoredo tinha ardido. Esse casal ofereceu mil euros para replantar as árvores com o apoio da Câmara Municipal e com o apoio do Eng.º Zé Carlos. Foi lá a niveladora e a retroescavadora para preparar o terreno para se plantarem as árvores. Foram plantadas sessenta árvores. Estão também plantadas árvores de fruto oferecidas pela McDonald's.

Em dezembro de dois mil e dezoito começou a chegar o material para a Extensão de Saúde de Avô e iniciou-se a construção da Casa Mortuária. Ressalvar que no dia dois de novembro, juntamente com a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a Associação Recreativa Catarense, a Federação Portuguesa de Utilizadores de Bicicletas e as Escolas, foram plantadas cerca de oitocentas árvores em terrenos da Junta. A Junta teve que comprar um depósito de água para fazer a rega das árvores devido à seca que tem existido.

No ano de dois mil e dezanove, que para mim até ao momento considero um grande ano: A Extensão de Saúde surgiu e está completamente mobilada e foi feito todo o procedimento para ter a luz em nome da ARS. A Extensão de Saúde começou a trabalhar no dia oito de julho de dois mil e dezanove apesar de ainda não ter sido inaugurada. A construção da Casa Mortuária está na reta final, só falta a luz. Na Praia Fluvial foi atribuída e hasteada a Bandeira Azul com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e espero que daqui a quatro anos tenha a Bandeira de Ouro.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Trazem-me aqui dois Pontos: Em primeiro lugar gostaria de me congratular com a reunião da Comissão de Acompanhamento da Prospeção de Lítio. Foi uma reunião com um clima construtivo e de consenso. Acho que é isso que é preciso para a Comissão e penso que ontem começámos da forma correta.

Depois, outro ponto em jeito de balanço: Gostaria de reconhecer e destacar nesta viragem do mandato para a segunda metade todas as políticas sociais de forte pendor inclusivo deste Executivo Municipal. Muitas destas políticas sociais foram aprovadas por esta Assembleia Municipal. Desde a última Assembleia Municipal gostaria de destacar a abertura do Concurso para as Bolsas de Mérito que na realidade têm duas componentes que mostram efetivamente o que é uma política pública de meritocracia. Por um lado permite-se a todos que tenham acesso ao ensino e por outro lado permeia-se o mérito. Não existe verdadeira meritocracia se não houver primeiro a inclusão no ensino. Está muito bem o Município quando tem um Programa de Bolsas em que investe um valor considerável de cinquenta mil euros e que permite a todos os jovens de Oliveira do Hospital estudar e mostrar realmente o seu mérito.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui é uma preocupação que existe na minha Freguesia, e presumo que seja assim para outros, e que é o problema das árvores queimadas: Continuamos a ter árvores em risco de queda sobre as vias rodoviárias e em alguns caminhos florestais que dão acesso a algumas habitações.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara para nos esclarecer sobre este facto. Nesta altura da campanha eleitoral para as eleições legislativas tudo serve para atacar e era bom que esse esclarecimento fosse dado.

Não posso deixar de dar os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Enfermeiro José Carlos: A sua intervenção veio reforçar aquilo que era uma evidência e que não suscitava dúvidas nenhuma. A intervenção que fez referiu a forma não sectária e a forma equilibrada com que o Sr. Presidente da Câmara Municipal trata as Juntas de Freguesia. Acho que foi um momento muito bom quando um elemento da oposição reconhece publicamente a isenção na atribuição de subsídios e outros apoios às Juntas de Freguesia.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, se faltava a cereja no topo do bolo, temos que dar o mérito ao Enfermeiro José Carlos porque, hoje, foi ele que a colocou.

Para finalizar quero convidar-vos a todos para a XVII edição da Festa da Castanha que se vai realizar junto ao Santuário da Nossa Senhora das Preces no dia vinte de outubro. Será para a Junta de Freguesia de Aldeias das Dez um enorme prazer ter-vos como visitantes e participantes.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Temos que reclamar mas também temos que elogiar quando as coisas são bem feitas. Como Oliveirense, como Deputado Municipal, e no fim de uma época balnear, não posso deixar passar em vão, e tenho que reconhecer o trabalho que foi feito nas Praias Fluviais do Concelho nos últimos dez anos pelo Executivo Municipal presidido pelo Prof. José Carlos Alexandrino, Juntas de Freguesia, pela maioria Socialista e independentes. Há dez anos tínhamos uma Praia Fluvial e hoje temos cerca de meia dúzia.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, muito se fez mas muito mais haverá que fazer. O Sr. Presidente da Câmara Municipal irá continuar a trabalhar para atrair banhistas e visitantes às nossas Praias Fluviais do Concelho. Para afronta de muitos, o ano de dois mil e dezanove foi o ano que mais gente atraiu às nossas Praias Fluviais. Só não viu quem não quer! Muitos gostariam que as nossas aldeias e as nossas vilas fossem uma quinta mas enganam-se porque a maioria deste Concelho quer gente e desenvolvimento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Já tem uma data prevista para a construção do muro na Estrada Municipal 514 junto ao Parque de Campismo de São Gião? Embora seja uma derrocada na Freguesia de Penalva de Alva, e quero pedir desculpa ao colega da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira por estar a falar neste assunto, mas quem circula nesta estrada diariamente são os Sangianenses e por isso reivindicamos esta obra.

Gostaria de deixar aqui um pedido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Acho que já é a segunda vez que o faço. Quando houver a possibilidade mande marcar a estrada ente São Gião e Rio de Mel. No

cruzamento que vai para a Carvalha, Parceiro e Rio de Mel já houve dois acidentes e poderá haver muitos mais se não tomarmos medidas.

Quanto às árvores queimadas também gostaria que fossem urgentemente cortadas porque todos os dias há pinheiros caídos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às obras na Estrada Nacional 230 gostaria de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal todo o empenho que tem tido. Dizer-lhe que recebi ontem um *mail* a dizer que a requalificação da Estrada Nacional 230 está prevista para ser feita até dezembro do ano de dois mil e dezanove.

Queria também deixar aqui um pequeno alerta: Até ao mês de março o Concelho de Oliveira do Hospital vai ser coberto a 100% com a fibra ótica ficando apenas Alvôco das Várzeas sem ter fibra ótica. Prometeram-nos que até junho a fibra ótica seria colocada em Alvôco das Várzeas e esperemos que essa promessa seja cumprida.

Agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal todo o empenho que teve com as Praias Fluviais. Quanto mais Praias Fluviais com Bandeira Azul tivermos, e quanto mais condições e segurança tiverem as nossas Praias Fluviais, melhor será para o Concelho de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Vinha aqui questionar a execução de algumas medidas deste Executivo Municipal que mereceram a nossa aprovação, e parece ao CDS - Partido Popular que não estão a ser postas em prática de forma visível em prol dos Oliveirenses. Deixar desde já descansado o Sr. Carlos Castanheira que isto não tem que ver com atos eleitoralistas porque o CDS - Partido Popular desde o início do mandato que tem feito do setor primário em Oliveira do Hospital uma bandeira e uma prioridade.

Queria dar conta e perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, em relação ao ritmo de remoção das árvores queimadas nas bermas e nas faixas de gestão combustível e o porquê do atraso de apenas ter sido anunciado a ação por parte da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Neste momento estamos em setembro. Queria também perguntar se estaria à espera que fossem os proprietários, muitos deles com pensões sociais e rurais que já não são

atualizadas desde dois mil e dezasseis, a tratar desse problema que é um problema comum e que afeta todas as pessoas que circulam nas vias de comunicação em Oliveira do Hospital?

Juntávamo-nos desde já à reivindicação do Presidente da Junta de Freguesia de São Gião quanto à Estrada Municipal 514. Esta reivindicação é mais do que uma premente necessidade porque passam lá cerca de trezentas pessoas que é o número de habitantes que tem São Gião.

Também perguntar-lhe quanto a uma execução que foi anunciada em dois mil e dezoito, e o CDS-PP apoiou com gáudio essa medida. Uma medida de execução de um milhão de euros para a remoção de eucaliptos. Queria perguntar-lhe em que ponto é que está esse investimento e, já agora, se há algum Plano Municipal de Ordenamento Territorial para a nossa floresta como o CDS-PP reivindica desde o início deste mandato?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaríamos, em primeiro lugar, de saudar a aprovação pela UNESCO da Candidatura da Serra da Estrela ao Geopark, do qual Oliveira do Hospital faz parte. É uma boa notícia que gostaríamos de registar.

Saudar a adesão ao projeto Limpa Mais que teve lugar em Avô.

Dar ainda os parabéns pelos oitenta e um anos do Futebol Clube de Oliveira do Hospital.

Quanto ao que me traz aqui verdadeiramente, são várias as preocupações e os alertas que gostaríamos de partilhar. Podem parecer coisas insignificantes mas no dia-a-dia têm um impacto importante: O primeiro deles são os semáforos junto ao Lidl que se encontram geralmente desligados. Já no passado houve alguns acidentes e ao continuarem assim qualquer dia vamos ter lá outra desgraça, esperamos estar enganados mas a probabilidade de acontecer é muita.

O segundo alerta que queríamos deixar é relativamente ao parque infantil ao lado do café Central que não possui um único caixote do lixo.

O terceiro alerta que gostaríamos de deixar tem a ver com a entrada de Lourosa que está, no nosso entender, desvalorizada e em nada dignifica aquela Freguesia. Temos ali um monumento que é ímpar na nossa região e uma placa digna como referência a esse monumento seria certamente uma mais-valia para os turistas que ali passam.

Uma outra preocupação que gostaríamos de expressar está relacionada com uma notícia recente do JN e que referia que apenas 2% das escolas

portuguesas têm desfibriladores automáticos. Estes desfibriladores automáticos podem reverter uma paragem cardíaca. O que nos apraz aqui perguntar é o seguinte: As escolas do nosso Concelho e outros edifícios públicos, como por exemplo os complexos desportivos, têm esses equipamentos? Era importante que os edifícios públicos estivessem equipados com essa ferramenta que pode salvar vidas e se existe dinheiro para o acessório mais tem que haver para o essencial, e julgamos que este é um ponto essencial.

Deixar ainda um outro alerta que tem a ver com o estado de degradação em que se encontram os assentos em cimento no Vale do Ferreiro e o desleixo daquele jardim em formato de triângulo. O que lá se encontra é um autêntico perigo porque os ferros da estrutura desses mesmos assentos podem facilmente constituir um perigo para quem lá passa nomeadamente as crianças.

Referir ainda a pouca luz pública na rua onde se localiza a loja da Quinta de Jugais devido às folhas das árvores que tapam esta luz o que torna aquela rua bastante escura durante a noite.

Referir ainda os Múpis que temos na cidade: Os Múpis passaram de digitais para analógicos. Enquanto outras cidades se modernizam nós andamos para trás. Gostaríamos de perguntar se não acham que está na altura de os substituir por algo mais atual e mais interativo como já existe em várias cidades? Desde a primeira hora que não fomos favoráveis a este tipo de Múpis mas agora pensamos que chegou mesmo ao limite e torna-se um bocadinho ridículo a colocação daqueles cartazes.

Finalmente, e como alertas, trazemos aqui uma situação que tem a ver com a passadeira em frente à frutaria, que está ao lado da antiga Papelaria Pérola, e que termina em cima de um ecoponto. Somos a favor da colocação destes ecopontos mas deve haver algum cuidado quando estes estão a ser colocados porque quem tem mobilidade reduzida tem alguma dificuldade em passar naquela passadeira.

Somos também testemunhas que o Executivo tem-se reunido com a Ministra da Saúde para discutir a problemática do funcionamento do nosso SAP. Gostaríamos de perguntar se existe algum *feedback* positivo dessas reuniões?

Para terminar gostaríamos de deixar aqui uma proposta que fosse de alguma forma levada em linha de conta pelo Executivo e que tem a ver com o Largo Ribeiro do Amaral. Achamos que é um espaço um pouco morto essencialmente na época do verão e estando mesmo muitas vezes com as luzes desligadas o que torna aquele espaço escuro de noite. Pensamos, por exemplo,

que fosse colocado um ringue amovível com tabelas de basquete ou balizas a fazer lembrar um pouco os velhos tempos onde eu brincava. Seria, no nosso entender, um valor acrescentado para os nossos jovens e criava ali um bocadinho mais de vida naquele largo essencialmente no verão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por agradecer ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa pelo facto de ter olhado para Lourosa. Eu estava para ir ao *Google Maps* para perceber como é que hoje está Lourosa porque ontem estava lá um painel informativo a dar conta da Igreja Moçárabe. Na Estrada Nacional 17 também compreendo que o espaço não é muito funcional para colocar outro tipo de painel informativo mas existe a indicação do Monumento Nacional em Lourosa. Estou do lado do Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa e também defendo que devemos colocar algo mais apelativo para quem nos visita e por isso sou a favor da sua proposta. Obrigado pela preocupação com a Freguesia de Lourosa e apesar de não concordar completamente com a observação partilho também que poderíamos colocar algo mais apelativo mas o Monumento Nacional de Lourosa não deixa de estar sinalizado.

Quero congratular-me pelo facto da Freguesia de Lourosa vir também a ser contemplada com a instalação da fibra ótica.

No início do ano foi aprovado aqui a atribuição de um subsídio de trinta mil euros para a requalificação da nossa sede da Junta de Freguesia. No dia quatro de agosto fizemos a inauguração da sede da Junta de Freguesia e também foi feita uma homenagem aos antigos Presidentes da Junta de Freguesia de Lourosa.

Dizer-vos também que foi realizada a sétima edição da Feira Moçárabe de Lourosa e agradecer ao Executivo Municipal por todo o apoio que nos foi prestado. Também agradecer o brilhante espetáculo promovido pela CIM - Região de Coimbra e que atraiu a Lourosa centenas de pessoas. Geralmente estes espetáculos são realizados nas sedes de concelho e, se calhar, fomos um dos únicos Municípios onde se realizaram espetáculos fora da sede do concelho. Obrigado ao Executivo Municipal pela confiança que nos depositaram e pela oportunidade que nos deram para termos em Lourosa este brilhante espetáculo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, que fez a seguinte intervenção:

“Salientar aqui a maneira como o Município orientou todas as actividades lúdico-desportivas durante este tempo.

Quero aqui deixar o meu apreço à Sra. Vereadora da Cultura pela organização das Marchas Populares que atraíram centenas de pessoas.

Agradecer também ao Sr. Vereador do Desporto pela organização do Inter-Freguesias e só lhe peço que para o próximo ano seja feita uma avaliação aos horários.

Felicitar a Eptoliva pelo mérito que teve e felicitar os Presidentes de Junta de Freguesia que receberam a Bandeira Azul para as Praias Fluviaes porque este reconhecimento é uma mais-valia para todos e por isso sentimo-nos orgulhosos.

Esta semana tive uma reunião com o Diretor Nuno Gama onde mais uma vez reivindicámos os passeios e bermas no troço da Estrada Nacional 17 que vai da Póvoa das Quartas até às Vendas de Galizes. O Sr. Diretor Nuno Gama está aberto a facilitar alguns acessos que estão mal feitos e que estão a dificultar algumas pessoas e algum comércio. Queria saber se da parte da Câmara também havia essa abertura já que uma entidade daquelas se disponibiliza a facilitar eu acho que era de aproveitar porque há várias pessoas que estão prejudicadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero começar a minha intervenção pegando numa parte da intervenção do Deputado Rafael para fazer outro alerta: Ando por Lisboa e pelo País e já debes ter reparado que em Lisboa os parques infantis cada vez estão mais protegidos. Começa-se a ver parques infantis cobertos e sugeria também que estudassem a possibilidade de o fazer nos nossos parques infantis.

Em relação ao Largo Ribeiro do Amaral ainda iria mais longe do que o Deputado Rafael: Aquela laje grande que foi criada pelo Executivo anterior ao Executivo Socialista pode ser utilizada para um ringue para juntar ali algumas actividades desportivas, como por exemplo um skate parque porque tem dimensão para isso, e poder dar uma vida e utilização jovem àquele espaço que, de facto, na maior parte do tempo está morto.

Queria também dar uma palavrinha ao Deputado Tiago que fez aqui uma referência à actividade social deste Executivo. Isto só é possível porque este

Executivo pensa na terceira pessoa e porque trabalha e pauta a sua actividade política para dar. Este Executivo está aqui para dar e tem feito isso ao longo dos anos. Este Executivo vive as necessidades das pessoas. Ainda há muito a fazer e com certeza que o vão continuar a fazer.

O que me trazia aqui hoje é um tema que me tem sido querido nos últimos tempos e que é a EXPOH. De facto, no meu ver, nós perdemos dez anos para fazer crescer a EXPOH no sentido que ela devia seguir. Sempre defendi que a EXPOH devia caminhar para perto do modelo da EXPOFACIC ou, nessa impossibilidade, fazer uma BTL em miniatura da Zona Centro direccionada para promover a nossa zona. No que toca às actividades mais lúdicas, nomeadamente os concertos, procurarmos encontrar um conceito que se adequasse à nossa região e conseguíssemos pôr a nossa região no mapa com um festival como há em Vilar de Mouros, como há na Zambujeira do Mar. Fazer crescer aos poucos e ver o que é que faz falta ainda neste País e ver onde é que ainda não foi preenchido, onde há uma lacuna e ir por aí. Procurar o que não há nos outros lados para conseguirmos crescer aqui. O conceito desta EXPOH está esgotado e não resulta. Comparar esta EXPOH à FICACOL, e há aqui quem tem memória disso, vê as diferenças. Muito honestamente às vezes dá dó ver os expositores que ali estão! Sei que este Executivo está a pensar melhorar a EXPOH. Penso que na parte lúdica não é com a transferência da responsabilidade da escolha do cartaz para o público porque nós temos a responsabilidade, e para isso é que estamos cá. Temos de escolher e decidir e fornecer às pessoas aquilo que elas merecem. Não nos podemos libertar dessa responsabilidade e temos que ser nós a ter coragem. Era esta a sugestão que eu queria deixar. Que o executivo ponderasse e estudasse se vale a pena separar a EXPOH parte lúdica e parte de feira e criar outras coisas diferentes.

Voltar a sugerir também para os muros que estão lá em cima no parque de estacionamento fazerem morais alusivos à nossa região. Deixo mais esta sugestão uma vez que já estão os muros criados.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Como Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos venho expressar a grande satisfação com que a população desta Freguesia vê o início das obras de recuperação do Lar Sara Beirão.

Esperamos que esta obra se conclua o mais rapidamente possível. Este foi o primeiro lar que existiu no Concelho e depois de termos assistido lentamente à sua decadência, ao seu encerramento, e à sua destruição nos incêndios de quinze de outubro de dois mil e dezassete é de enorme justiça para a população da Freguesia de Travanca de Lagos poder assistir à sua reabertura. Muito obrigada Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Avô as palavras gentis e desejar-lhe as maiores felicidades na festa da democracia do próximo dia seis de outubro porque estando Oliveirenses nas listas é sempre positivo para o Concelho.

Quero fazer aqui um brevíssimo comentário sobre política nacional porque o Sr. Deputado Nuno Rafael do CDS-PP tenta, em todas as Sessões da Assembleia Municipal, cavalgar a crista da onda e, às vezes, isto corre-lhe mal e vai ao fundo: É mentira, Sr. Deputado! É mentira que as pensões mínimas e rurais não tenham sido actualizadas desde dois mil e dezasseis. Repetir isto é uma mentira! É falso! E é absolutamente o contrário porque o que este Governo fez desde que tomou posse foi precisamente aumentar estas pensões para promover a justiça social e a equidade naquilo que foi o corte cego que o Governo PPD/CDS levou a cabo. Isto é importante que fique perfeitamente claro!

Queria intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia num tema que me parece que se enquadra nos desideratos do poder autárquico e que me parece que temos a obrigação de refletir aprofundadamente numa próxima Assembleia Municipal. Há reflexões e temáticas que têm que ser trazidas à discussão porque têm uma relevância na consolidação do desenvolvimento de um qualquer território. Trago, por isso, a esta Assembleia uma intervenção com o propósito de reflectirmos conjuntamente sobre o papel do associativismo básico local nas nossas comunidades: Temos vindo a assinar no dia sete de outubro os protocolos com as Associações do nosso Concelho, e este ano parece-me que não o vamos fazer, e com eles afirmam-se um conjunto de pontos de vista mais ou menos concordantes sobre o tipo, dimensão, e critérios. Geram-se discussões relativas ao financiamento, se deve ser público ou o facto de se tratar de entidades privadas com fins lúdicos e recreativos se deverão, ou não, estas instituições encontrarem autonomia e outras fontes de receita. Trata-se de um

esgrimir de argumentos válidos mas que geram controvérsia e que nos levam para um patamar sobre o papel do estado naquela que é a economia local e que, na minha ótica, terá que ser interventivo alavancando o crescimento e desenvolvimento.

As associações que conhecemos hoje aparecem muito ligadas ao território geográfico sendo este crucial na coesão das suas identidades preservando uma cultura própria que se pretende divulgar e também evitar que se perca ao longo dos tempos. Estas entidades, quer sejam de cariz social, cultural, desportivo ou até económico, são o garante da liberdade e democracia na medida em que personalizam a iniciativa a um conjunto de pessoas que se junta com o intuito de alcançar um objectivo perfeitamente definido. Uma das características essenciais do movimento associativo é o voluntariado e a solidariedade fundamentais ao desenvolvimento sustentável e duradouro de qualquer comunidade.

As associações são o elemento vivo das nossas aldeias que transformam dificuldades em interajuda criando sentimento de pertença essenciais para a auto-estima e afirmação de qualquer povo. Claro está que estas atravessam um período de profunda mutação: Por um lado, o envelhecimento das nossas aldeias e a não fixação de população mais jovem faz com que sejam cada vez menos as pessoas disponíveis para dirigirem estas instituições, por outro, o avanço tecnológico trouxe a estas entidades um conjunto de desafios que implicam mudanças profundas na forma como se organizam e vivem o associativismo entre eles, a rentabilização de recursos, a segurança e, sobretudo, a reinvenção de iniciativas e o *modus operandi* que consiga captar e mobilizar as gerações mais novas para estes projectos locais. A proximidade, a familiaridade, a pertença, a reinvenção e a partilha de todo um conjunto de conhecimentos, de vivências, de formas de estar e de agir, devem estar presentes naquelas que são as associações do século XXI cujo papel interventivo e de coesão não deverá ser descorado.

Perante estas premissas, e perante aquilo que penso ser o caminho do associativismo no futuro, devemos de forma clara, ou não, apoiar estas estruturas? Este Executivo entende que sim, e muito bem, na minha opinião. Se sim, de que forma? Apostar em equipamentos muitas vezes de manutenção dispendiosa ou rentabilizar espaços e encetar esforços em acções inovadoras e diferenciadoras e materiais capazes de gerar actividade nas nossas aldeias envelhecidas. Devemos nós comentar parcerias, e dessa forma criar resposta para aqueles que são os problemas atuais destas comunidades, ou devemos, tão

só, abandonar estas comunidades à sua sorte sem prever mecanismos que permitam a manutenção destes espaços enquanto espaço público, por vezes o único existente.

O que é que será dos Maneis e dos Antónios, idosos com baixas reformas que encontram nos jogos de cartas e dominó o convívio? Ficarão eles, ou não, entregues à sua sorte?

Deixamos encerrar estes espaços, por vezes únicos, de congregação e união, ou tentamos dar-lhes vida?

O caminho deve ser apoiar aqueles que trabalham para dar vida e alma, e esta vida deve ser dada com rigor, com critério, com transparência e com reinvenção mas sobretudo com sentido de responsabilidade, que é nosso também, na medida em que gostamos e optámos muitos de nós por viver aqui.

Devemos entender as associações como atores essenciais no processo de desenvolvimento local e dessa forma repensar modelos e formas de ação. Estes modelos terão que ser apoiados e construídos por todos definindo ações autênticas, agregadoras, e iniciativas que tragam inovação e conhecimento e projetos que espelhem uma cultura que não se pretende perder mas que seja capaz de atrair juventude.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Venho registar com bastante agrado, e face às minhas intervenções em Assembleias anteriores, que por todo o Concelho se nota a limpeza das bermas nas estradas a cargo do Município, o que releva bastante o empenhamento por parte do Executivo neste setor, que esteve um bocado abandonado nos meses anteriores. No entanto, e face à queda de algum material lenhoso ardido, nota-se nas bermas de algumas estradas que esse material ainda não foi removido na sua totalidade.

É com agrado que reparo que a rua António Dias e possivelmente a rua António Canastrinha, nesta cidade, estão a sofrer melhoramentos com a reposição de betuminoso. Espero que o mesmo também aconteça na rua Brás Garcia de Mascarenhas.

Outra situação que aqui me traz, é a construção da Casa da Cultura, porque as obras estão praticamente paradas e o prazo de execução já ultrapassou largamente o que foi determinado aquando da contratação para a execução da obra. Há uns tempos, li numa entrevista, dada por um elemento deste Executivo, que a obra teria o seu fim no dia sete de outubro próximo mas na fase em que se

encontra a referida construção não tem essa data qualquer viabilidade em ser cumprida.

Assim, pergunta-se: O que se passa concretamente com essa obra? Para quando está prevista a sua conclusão?”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Devido à seca que estamos a atravessar, que provocou escassez de pasto para os seus rebanhos, os criadores de ovinos e caprinos têm sido forçados a comprar a maior parte da alimentação dos seus animais, provocando-lhes um enorme esforço financeiro.

A estes, juntam-se os apicultores, que na sua maioria, há pouco tempo atrás, perderam grande parte das suas colmeias e que agora, além da seca, ainda são vítimas da vespa velutina, popularmente conhecida como vespa asiática, aliás, que tem sido ajudada a ser combatida pelos serviços deste município.

Não nos podemos esquecer dos agricultores cujos pomares este ano têm sido mais devastados do que normalmente pelos pássaros.

Sr. Presidente, quando se fala muito sobre o incentivo à agricultura rentável que contribua para o enriquecimento do interior e o combate à desertificação, gostaria de saber quais as ações que nesse setor, a curto ou a médio prazo, o seu Executivo está a planear executar?

Podem os agricultores, os pastores e os apicultores contar com algum subsídio?

Depois de ter sido aqui abordado na última Assembleia a necessidade de requalificação do Açude da Ribeira, quero aproveitar esta oportunidade para chamar à atenção para a necessidade de requalificação do Açude do Moinho das Figueiras.

Muito obrigada.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje trazem-me aqui alguns assuntos: Um deles já foi falado e é relativamente ao material lenhoso que se encontra neste momento a cair para as estradas. Reconheço, obviamente, que já foi feito algum trabalho. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, na última Assembleia já tinha falado que o iriam iniciar. Peço, se for possível, que se incentive um pouco mais esses trabalhos porque realmente começa a ser um pouco complicado porque este

material lenhoso que está a cair existe em Estradas Nacionais e torna-se muito perigoso.

Relativamente aos passeios na Estrada Nacional 17, e se efetivamente houve abertura para que eles fossem feitos na Chamusca da Beira e Póvoa das Quartas, pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente de Junta de Nogueira do Cravo, se fosse possível, que intercedessem para que isso também fosse resolvido em Vendas de Galizes, porque é claramente um ponto negro e já houve casos de atropelamento, e é sem dúvida fundamental que se tente resolver essa situação.

Relativamente à sinalização que foi queimada nos incêndios, penso que já foi feita muita coisa, gostaria de saber qual o ponto da situação.

Relativamente ao projecto que foi aqui apresentado há uns meses referente à requalificação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital que previa a requalificação de muitas das casas, ou a maioria delas mas, entretanto, saiu a notícia de que seria construída uma nova igreja num espaço aqui bem próximo de nós. Bem sei que o Sr. Presidente da Câmara não é o dono da obra mas acho que se torna caricato quando se tenta inverter urbanisticamente a cidade que se desenvolve de uma determinada forma e depois aparecem “atalhos de foice” e que nos colocam em situações que penso que não são propriamente muito corretas.

Relativamente à EXPOH apenas um breve apontamento: Concordo com a EXPOH e acho que foi muito mal termos parado aquele período entre a FICACOL e a EXPOH mas há cerca de dez anos que eu digo que o modelo está completamente ultrapassado e que deveríamos tentar rever. Ninguém é dono da verdade e certamente se tivéssemos alguma fórmula mágica para o resolver alguém já a teria usado mas acho que seria fundamental que se repensasse.

Relativamente a um assunto que está muito em voga aqui no Concelho, e eu não sou alarmista até porque conheço alguma parte da matéria que estamos a falar, mas pergunto: Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente à problemática do amianto tem registo dos edifícios públicos do Concelho que ainda o têm? Se não tem o registo eu deixo o apelo para que seja feito esse levantamento e se possível que se interceda junto das entidades competentes para que se tente resolver. Obviamente só quem estiver muito desatento é que diz que ao passarmos junto de um edifício com coberturas dessas vamos ter automaticamente um cancro. Esperemos que ninguém o tenha mas não é literalmente assim.

Relativamente à situação da saúde no Concelho tive conhecimento informalmente que o Dr. Miguel Cacela iria abandonar o nosso Concelho e também no Seixo da Beira estamos com uma situação de disponibilidade de médicos duas vezes por semana. Peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que tente interceder mais uma vez junto da Ministra da Saúde para que se tente resolver isso porque se mal estamos pior ficaremos certamente.

Por último, e não é uma questão para entrar em picardias mas, quando me chamam mentiroso, gosto que o justifiquem. Como aqui me chamaram de mentiroso e que prestei uma declaração falsa eu deixo aqui uma notícia sobre os doentes que realmente passavam fome no Hospital de Coimbra para quem quiser consultar.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“O primeiro ponto que aqui trago é sobre os Múpis: Tenho que congratular a decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque vai mandar tirar os Múpis da cidade. Não sei se vai, ou não, colocar outros de dimensão mais apelativa. Realmente foi um erro a colocação destes Múpis. A remoção destes Múpis e a sua substituição peca por ser tardia porque já devia ter sido feita!

Alteração do modelo da EXPOH: Este assunto já aqui foi falado. Realmente passados dez anos achamos que vale a pena repensarmos outro modelo para a EXPOH.

Um outro ponto que aqui trago é relacionado com uma casa de banho que foi comprada na altura da realização da EXPOH e que custou cinquenta e sete mil, oitocentos e oito euros. Esta casa de banho esteve a ser utilizada na EXPOH, sei que sofreu danos causados por pessoas que não sei se foram identificadas e se já pagaram, ou não, esses danos. Eu presumo que não porque será difícil identificar as pessoas!

Sr. Presidente da Câmara Municipal o que eu pergunto é o seguinte: O que é que vai ser feito a estes sanitários? Vai mantê-los onde estão ou vão ser levados para outro sítio? Sabemos que a EXPOH tem sanitários por baixo do palco. Justifica-se, ou não, este preço por estes sanitários?

Escola Secundária: Pelo que percebemos das declarações que o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu na terça-feira a situação está pior do que nós esperávamos. Segundo o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse, e tendo em conta que já falou no ano de dois mil e vinte para a conclusão das

obras, lembro que elas começaram no dia vinte e dois do ano de dois mil e dezoito, estamos em setembro de dois mil e dezanove e ainda não temos obra concluída. O Sr. Presidente da Câmara Municipal na declaração que fez na rádio Boa Nova aponta uma data para do ano de dois mil e vinte para resolver devido ao litígio que está a acontecer com a empresa construtora. Gostava que nos informasse sobre isso.

Faz precisamente hoje um ano que a Sra. Deputada Patrícia Alexandra Fernandes Lopes nos anunciou que ia começar a funcionar um Serviço de Estomatologia no nosso Centro de Saúde e que os Oliveirenses iam ter um motivo para sorrir mais e melhor. O que eu pergunto Sr. Presidente da Câmara Municipal é se os Oliveirenses já podem sorrir e se esse Serviço de Estomatologia já está a funcionar e qual é o *feedback* que os Oliveirenses têm dado deste novo Serviço?

Depois trago aqui um assunto que é de extrema seriedade, não quer dizer que os outros assuntos também não o sejam, e eu chamei aqui à atenção salvo o erro em dezembro de dois mil e dezassete, logo após os incêndios, porque havia necessidade de ir a três Ministérios para que não nos prejudicassem ainda mais por causa dos incêndios. Tinha a ver precisamente com o Decreto Lei n.º 327/90, com as suas alterações. Ou seja, toda a área ardida em espaço florestal fica por um período de dez anos proibida a construção, remodelação ou reconstrução e demolição de quaisquer edificações ou construções, entre outras proibições.

Soube que a Câmara Municipal tinha feito todas as diligências nesse sentido mas sei que os Ministérios não tinham chegado à mesma decisão e que havia um grande impasse. Sr. Presidente da Câmara Municipal gostava que nos dissesse em que ponto é que está esta situação?

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Também regozijo e estou solidário com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos pelo início das obras no Lar de Travanca de Lagos. Acho que é de toda a justiça recuperar aquele imóvel.

Igualmente tenho que congratular o início das obras nas antigas Escolas Primárias de Ervedal da Beira que foram igualmente atingidas pelos incêndios. Com o dinheiro que veio não vai ser possível executar o que queríamos mas pelo menos var dar seguramente para uma coisa que é fundamental. As escolas

são bastante antigas e já estão há uma quantidade de anos desativadas e nos últimos anos já ameaçavam alguma ruína. Tanto quanto eu sei está previsto um investimento que irá garantir a estrutura dos telhados, quer sejam os telhados das salas de aulas como também os telhados das habitações dos Professores Primários que ali vinham dar aulas. Esta obra vai garantir que o edifício não continue a degradar-se e isso é bom.

Quanto à questão das árvores queimadas também quero referir o seguinte: Obviamente que é uma preocupação de todos, é uma preocupação da Câmara Municipal e é uma preocupação das Juntas de Freguesia, mas quero chamar a atenção particularmente para uma coisa que hoje é urgente. Iniciou-se o ano letivo e na estrada de acesso à Escola da Cordinha, e também junto ao parque de estacionamento onde os pais, alunos, professores e funcionários estacionam os carros, há pinheiros de grande porte que podem cair e isso é uma preocupação grande. Existem também as linhas de energia à escola e um dia qualquer pode cair um pinheiro e danificar essas linhas de energia para a escola. Esta situação é urgente! É claro que nas estradas também é urgente mas neste caso estamos a falar de uma zona com muito movimento durante o dia e é preciso termos algum cuidado e atenção.

Também já aqui foi referido a regularização da rua que vai do Pingo Doce para o acesso à parte de trás da Fundação Aurélio Amaro Dinis e da Rua António Canastrinha. Eu moro lá e também sou parte interessa. Sr. Presidente da Câmara Municipal, será que a intervenção na rua António Canastrinha vai fazer-se já ou vai-se aguardar pelo final das obras nos prédios para fazer essa intervenção?

Sr. Presidente da Câmara Municipal, quanto aos açudes, e no âmbito do projeto da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, eu falei com os Serviços Técnicos da Câmara Municipal e parece-me que há problemas. Há pouco foi aqui falado no Açude do Moinho das Figueiras mas também temos o Açude da Ponte do Mondego. A informação que eu tenho dos Serviços Técnicos é que no Açude do Rio Seia não seria possível fazer qualquer tipo de intervenção porque não há acessos para o empreiteiro lá ir. Quanto ao Açude do Rio Mondego penso que não está prevista qualquer intervenção. De qualquer forma folgo em saber que haverá alguma intervenção no Açude do Rio Seia na Quinta da Ribeira no Ervedal da Beira.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao que foi dito sobre as pensões quero dizer o seguinte: acho que devíamos elevar o debate e a qualidade das nossa intervenções e não dizer mentiras ou falsidades. Era bom que todos aceitássemos as realidades porque se há Governo que aumentou o poder de compra foi este Governo que temos em vigor até ao dia seis de outubro e que melhorou a vida dos Portugueses.

Quero dar os parabéns a todos os Candidatos a Deputados aqui do nosso Concelho que integram as lista do PS, do PSD e do CDS. Acho que nos honra a todos ter candidatos a Deputados oriundos do nosso Concelho.

Dar os parabéns a todos os envolvidos em grandes projetos ambientais, nomeadamente o Projeto Limpa Mais e o projeto Plástico Zero. A nossa juventude está motivada e a nossa Câmara tem dado ajuda. Temos a certeza que vamos ter um mundo melhor. Vamos ter um sítio para viver melhor quer em Oliveira do Hospital quer em qualquer outra parte do mundo onde essa juventude estiver.

Relativamente à ETAR de Oliveira do Hospital quero dar a seguinte nota: Tive a oportunidade de assistir à inauguração da nova ETAR de Oliveira do Hospital e digo-vos que é uma ETAR de nova geração e que honra todos os Oliveirenses. Esta nova ETAR permite que as águas residuais da ETAR sejam utilizadas quer para rega, quer para lavagens, o que proporciona uma poupança ambiental muito significativa.

Realçar também o papel das nossas escolas nomeadamente a EPTOLIVA e a ESTGOH que este ano têm mais alunos o que significa que as escolas têm nome, atraem alunos, e que o nosso Concelho atrai. Os meus parabéns para as escolas e para o Concelho.

Parabéns também ao Geopark onde estamos envolvidos.

Dar ainda a seguinte nota: Tenho pena que uma força política deste Distrito e também deste Concelho tenha inscrito no seu programa as obras de infraestruturas que estão em curso, em concurso, em projeto, e calendarizadas. Não puseram uma obra nova. Não as fizeram quando estiveram no Governo nem durante muitos anos mas agora puseram-nas outra vez no programa. É estranhíssimo como isto acontece! Nunca fizeram uma única obra neste Concelho de Oliveira do Hospital quando foram Governo. Não fazem nada no Distrito de Coimbra e escrevem no programa eleitoral de quatro em quatro anos as obras mas essas obras nunca existem.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao IC6, penso que temos boas novidades e gostaria que nos informasse dessa situação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui alguns pontos que gostaria de falar e começaria por dizer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião referiu aqui muito bem aquela questão da queda do talude na Estrada Municipal 514. Deixar aqui uma nota, e não me querendo substituir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e uma vez que a obra se encontra no território da União de Freguesia de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira quero informar o seguinte: Estive com o empreiteiro que vai avançar com a obra que me garantiu que na próxima semana a obra irá iniciar e por isso estamos todos mais sossegados.

Depois, já aqui foi falada a questão das Praias Fluviais e embora não tendo conseguido a tão desejada Bandeira Azul estamos a trabalhar com o apoio do Município para que a Praia de São Sebastião da Feira possa num curto espaço de tempo também ser galardoada com a Bandeira Azul.

Dizer ainda que temos notado que os espaços fluviais têm atraído muita gente. Temos tido algumas dificuldades que se prendem com as infraestruturas de estacionamento, nomeadamente durante os fins de semana, e não temos tido capacidade de resposta para o estacionamento. Isto é um indicador que as nossas praias estão a atrair pessoas e estão a ser utilizadas e que o trabalho das Freguesias e do Município está a dar frutos.

Mais uma informação que obtive hoje, e já no início desta Assembleia, relativa ao corte das árvores que estão essencialmente sobre a Estrada Municipal 514. As árvores irão ser cortadas durante a próxima semana.

Deixar aqui uma pequena nota e até um agradecimento: Acho que este corte das árvores era uma responsabilidade dos proprietários e o Município substituiu-se a eles e por isso quero deixar aqui uma nota e um agradecimento por esse trabalho que o Município está a fazer. O Concelho tem uma área enorme mas com um bocadinho de paciência vamos regularizar esta situação.

Depois dar aqui uma palavra relacionada com a cobertura da rede móvel e agradecer também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo facto de ter desbloqueado e de ter feito contactos ao mais alto nível com o CEO da Altice para que fosse reforçada a cobertura de rede móvel em todo o Vale do Alva. Foi colocada mais uma antena que irá disponibilizar o 4G na União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira e nas Freguesias anexas.

Também agradecer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal pela oportunidade que nos deu para podermos estar no último sábado em Castro Daire onde tratámos de assuntos relacionados com a colocação de fibra em algumas povoações da Freguesia que ainda não estão dotadas. Lembro que ainda não temos fibra em São Sebastião da Feira, Ponte das Três Entradas e Merujais. Ficou o compromisso para que estas aldeias tenham o 4G.

Deixar aqui um agradecimento e uma nota para todos podermos pensar nela: Congratulo a recuperação das escolas de São Sebastião da Feira e das Caldas de São Paulo. As escolas estão a ser recuperadas neste momento e as obras correm a bom ritmo no entanto fico um bocadinho reticente porque, como todos sabem, a escola de Santo António do Alva ardeu parcialmente antes dos incêndios de quinze de outubro mas não ficou no estado em que hoje se encontra e o que eu gostaria de transmitir a esta Assembleia é o seguinte: Não nos queremos aproveitar desta desgraça para podermos repor a escola de Santo António do Alva mas o que é facto é que a escola não ardendo na sua totalidade nos incêndios de outubro foi destruída na sua totalidade. Acho que seria de enorme justiça podermos colocar uma cobertura para que a escola não se vá degradar tão rapidamente e se possível for dar-lhe alguns pequenos arranjos para a podermos manter.

Para terminar, e aproveitando a presença do Sr. Presidente do Agrupamento de Escolas, quero dizer o seguinte: Continuo intranquilo em relação à zona em que os autocarros escolares param na Escola da Ponte das Três Entradas. Deixava uma vez mais um alerta para termos um espaço bastante largo onde os autocarros possam parar e deixar as crianças com muito mais segurança e mais uma vez manifestar a disponibilidade da União de Freguesias para poder ajudar a custear essa mudança de local.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim das intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, queria dar uma informação que tem a ver com o seguinte: A Direção-Geral das Autarquias Locais comunica à Câmara Municipal, e dá conhecimento à Assembleia Municipal, a taxa de execução da receita prevista no orçamento. No ano de dois mil e dezassete a taxa de execução da receita foi de 57,95 % e no ano de dois mil e dezoito a taxa de execução da receita foi de 53,21 %.

Está previsto na legislação haver um alerta precoce dos desvios. É dito também que são informados os Presidentes do Órgão Executivo do Município e do Órgão Deliberativo do Município. A legislação estipula também que estes dois Presidentes informam os respetivos membros na primeira reunião ou Sessão seguinte e, como Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, é isso que eu estou a fazer.

Gostaria de saber qual é a taxa média de execução da receita a nível nacional?

Como sabem, esta é uma boa medida de controle porque em todas as estruturas é normal orçamentar-se mais e muitas das vezes tem que se orçamentar mais porque se não orçamentarmos também não podemos apresentar candidaturas a determinadas fontes de financiamento. Depois, se as candidaturas não forem aprovadas, e como foi feita a orçamentação, não podemos fazer a execução e inevitavelmente está sempre por baixo a taxa de execução.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta informação sobre a taxa de execução é importante referir o seguinte: A maior parte das Câmaras Municipais fazem uma revisão orçamental, o que nós também fizemos no ano de dois mil e dezasseis, para que não haja estes alertas. Nós fizemos a última revisão orçamental no ano de dois mil e dezasseis. No ano de dois mil e dezassete e no ano de dois mil e dezoito não fizemos revisão orçamental.

Este alerta é importante para as Câmara Municipais com grandes endividamentos e com dificuldades financeiras.

Esta informação da Direção-Geral das Autarquias Locais já foi apresentada na reunião de Câmara e não me preocupa. Este alerta não tem nenhuma penalização e está relacionado com a taxa de execução das obras do Quadro Comunitário.

Este ano deveremos apresentar uma revisão orçamental na Assembleia Municipal de dezembro.

No ano de dois mil e quinze apresentei um orçamento de base zero mas tivemos grandes dificuldades para chegar ao final do ano com alguma flexibilidade na transferência de verbas. Foi um erro com o qual eu aprendi.

Esta taxa de execução que temos tem que ser mais controlada.

Eu sabia que nós tínhamos este alerta, e também não é nenhum drama porque não há nenhuma penalização para a Câmara Municipal.

Gostava de abordar algumas temáticas que são transversais e que foram referidas como preocupações dos Srs. Deputados e dos Srs. Presidentes de Junta: A primeira preocupação que é coletiva é sobre as áreas queimadas e é preciso perceber que nós não podíamos começar este processo no ano passado.

Depois, ainda há um problema porque hoje há uma dificuldade enorme para arranjarmos empresas para fazer este trabalho do corte das florestas. Há bastante tempo, colocámos uma equipa da Câmara Municipal para fazer este corte das árvores, e as pessoas não aguentaram o trabalho porque não estavam habituadas àquele tipo de trabalho e ao fim de três semanas os trabalhadores queriam ir todos embora.

Lançámos um procedimento e neste momento temos uma empresa que está a fazer este trabalho no Concelho. Adjudicámos o Concelho na sua totalidade, adjudicámos setenta e sete quilómetros, e nesta área ainda não estão muitos caminhos florestais, estão mais caminhos de alcatrão onde oferece mais perigo e onde há pessoas. Acho que fizemos as coisas com alguma precaução mas também com algum bom senso.

A primeira coisa que fizemos foi marcar as árvores que deveriam ser abatidas. As nossas equipas andaram bastante tempo, mais de um mês a marcar essas árvores todas. Muitos proprietários ao verem aquelas árvores marcadas deitaram as árvores abaixo e retiraram a lenha.

Eu, o Executivo em permanência, e Srs. Presidentes de Junta gostaríamos de ter este problema já resolvido. Vamos resolvê-lo o mais depressa possível.

Este é um problema complexo e vejam que em setenta e sete quilómetros marcar os pinheiros é preciso que também perceber esta complexidade.

Depois, arranjar a firma, que não se conseguia encontrar. Convidámos várias empresas até para irem a um concurso público acabámos depois só por convidar uma porque foi a única que se disponibilizou e que pertence a um jovem muito trabalhador. Se nós pudéssemos tínhamos contratado duas ou três empresas e tínhamos dividido os setenta e sete quilómetros do Concelho, tal como fizemos nas limpezas das bermas onde contratámos três ou quatro empresas para que as coisas fossem rapidamente resolvidas. Aqui neste caso só temos uma empresa.

A preocupação do Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira é uma preocupação legítima até porque essas árvores de grande porte encontram-se junto à Escola da Cordinha mas quero dizer-vos que quando

estávamos para cortar as árvores apareceu um madeireiro, um empresário que tem uma serração, a dizer que cortava aqueles pinheiros porque eram dele e que os tinha comprado e, por isso, está a cortá-los.

A nossa preocupação é com a segurança das pessoas e isso é fundamental. Não vale a pena porque quando vierem as chuvas e vento não há dúvidas nenhuma que a maior parte destas árvores caem. E nós precisamos é que elas não caiam em cima de ninguém. As responsabilidades se elas caírem são dos proprietários porque eles foram notificados. Houve um Edital que os notificou e que lhes deu prazos e não o executaram e, por isso, a partir de agora se acontecer alguma coisa vão para tribunal com o proprietário, identifiquem-no e peçam. Mas isto não resolve se nos morrer uma criança ou se nos morrer alguém num acidente com a queda de uma árvore.

A Câmara Municipal está a fazer o seu trabalho, é o Eng.º Zé Carlos e a Eng.^a Teresa Dias que acompanham o processo e que me vão dando informações quase todos os dias. Temos ainda perto de cinquenta e sete quilómetros para fazer e temos as chuvas e os ventos a aproximarem-se. O primeiro critério foram as estradas com maior movimento. A possibilidade de queda das árvores é uma preocupação de todos.

Sobre os prejuízos Municipais a Câmara Municipal está a fazer um conjunto de obras. O Lar de Travanca também entrou nos prejuízos Municipais e quero agradecer as palavras da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Também quero falar sobre a escola de Santo António do Alva que foi referida pelo Sr. Presidente da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira. Neste momento temos os procedimentos todos, até porque as obras têm que estar prontas e pagas no máximo até ao dia quinze de novembro, porque senão perdemos o dinheiro, a data era trinta e um de outubro e conseguimos uma dilatação até ao dia quinze de novembro.

Relativamente aos prejuízos municipais, neste momento, temos obras lançadas no valor de um milhão e trezentos mil euros.

A escola de Santo António do Alva não foi metida em nenhum concurso porque a escola teve um incêndio em agosto e ardeu uma parte, não ardeu toda. Quando veio o fogo em outubro a escola ardeu toda. Os nossos Técnicos quando fizeram o levantamento dos prejuízos municipais apontaram aquela escola como se ela tivesse ardido na sua totalidade e esta escola tem uma verba de cerca de setenta e oito mil euros. Quando chegou o dia para lançar os procedimentos lembrei-me que esta escola tinha ardido uma parte em agosto e eu não a lancei porque achei que poderia correr um risco de virem dizer que

aquela escola não tinha ardido em outubro e, por uma questão de precaução, não lancei esta escola.

A atribuição destas verbas para os prejuízos municipais são validadas na CCDR mas passam pela agência. Para a semana tenho uma reunião na agência para tentarmos perceber se há possibilidade de nos considerarem algumas obras. Só para dizer que hoje quem está nisto tem que ter estes cuidados e, se calhar, noutro tempo avançaríamos com a obra com facilidade, sem problemas, mas um dia destes pode haver uma inspeção e pode vir a polícia judiciária para saber e sinceramente não estou para me expor a riscos. A população de Santo António do Alva até tem tido dificuldade em perceber e temos sido interrogados porque é que as outras escolas que arderam estão a ser reconstruídas e aquela não está a ser reconstruída. Fica aqui claro que podemos fazer algumas irregularidades mas é sem darmos conta e se houver possibilidade para reconstruir a Escola de Santo António do Alva depois faz-se o orçamento.

Tenho uma reunião também para resolver uma coisa chamada reprogramação. Há obras que custam mais do que o dinheiro que temos e há outras que têm dinheiro a mais. Vou a essa reunião para tentar essa reprogramação, não sei se é possível mas vou tentar.

A obra no Lar de Travanca é para ter uma segunda fase. Também quero dizer que a obra no Lar de Travanca fazia parte do nosso projeto político e nós iríamos sempre fazer o Lar.

A obra na Estrada Municipal 514 vai ser começada na próxima quarta-feira. O contrato de adjudicação foi assinado há quinze dias com uma empresa do Concelho. É a empresa Lopes e Cardoso da Bobadela. Esta obra atrasou um bocado porque foi preciso fazer uns estudos geológicos.

Realmente as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia são legítimas. Eu também estou preocupado e quero que a obra ande o mais depressa possível.

Dar aqui outra nota sobre a substituição da sinalização: Houve um levantamento inicial que foi muito insuficiente porque não estivemos à espera que os prejuízos municipais fossem validados. Acharmos que a sinalização era uma coisa necessária. Foi muito insuficiente o diagnóstico que foi feito na primeira fase e fomos obrigados a fazer uma segunda fase. Agora, está em concurso para repormos os sinais que faltavam. Para esta segunda fase até pedi ajuda aos Presidentes de Junta para verem quais eram os sinais que faltavam nas Freguesias.

Gostaria também de dar os parabéns aos Candidatos a Deputados que integram as listas dos diferentes partidos. É uma honra para o nosso Concelho.

Deixem-me também dizer o que é que me vai na alma: É uma pena que o alto Distrito de Coimbra não tenha um Deputado em lugar elegível porque tem votos suficientes para eleger um Deputado.

Acho que as Comissões Políticas do alto Distrito de Coimbra continuam sem ter um representante na Assembleia da República, e nem nos interessaria de que partido é que ele fosse. Acho que, como região, merecíamos ter candidatos num lugar elegível porque seriam parceiros na defesa do nosso território. Independentemente das nossas ideologias ou opções, qualquer um que fosse eleito, com certeza que teríamos mecanismos para discutirmos e para defendermos a região. Termos uma voz nossa não é a mesma coisa que ter uma voz de Coimbra porque às vezes esquecem-se do alto Distrito.

Diria mais: Se eu fosse do PSD, e estou a falar sinceramente, era a pessoa que trabalhou comigo na CIM e que eu também o veria como um bom representante do alto distrito de Coimbra, era o Ricardo Pereira Alves que foi Presidente da Câmara de Arganil e trabalhou comigo. Também temos o João Ramalheite, o João Brito, a deputada Alice, qualquer um era importante porque hoje estamos muito afastados dos centros de decisão e é uma pena porque aqueles que vão nas listas de deputados em lugares elegíveis não têm mais valor do que qualquer um dos Senhores que aqui estão, podem ter a certeza.

Sobre a EXPOH gostaria de dar esta nota: A EXPOH tem dez anos e em dez anos as coisas mudam. Comparar a FICACOL com a EXPOH é porque não perceberam o que mudou. Hoje é tudo diferente e não perceber isso é não perceber nada. A EXPOH não foi um projecto falhado deste Executivo. A EXPOH foi um projecto de alavanca deste Concelho porque nos fazia falta uma feira daquele tipo. Agora, se me perguntarem se temos vindo a conseguir os objectivos, como temos conseguido com a feira do queijo, eu diria que não e, por isso, precisamos de repensar a EXPOH. Eu tinha a noção disso!

Há outra coisa que foi aqui dita e quem me conhece sabe que eu não tenho falta de coragem, nem tive falta de coragem quando fui convidado pelo PS, num território do PSD, para ser candidato à Câmara Municipal e, por isso, se há coisas que me faltam não é a coragem!

Eu e o meu Executivo achámos que deveríamos lançar um repto à nossa população para que fosse ela a escolher os artistas, dentro de um determinado orçamento. Acho que é a maneira mais democrática que há. A EXPOH vai ter um novo figurino e, por isso, vai haver uma renovação.

Eu diria que o figurino da EXPOH não se esgotou e não podemos comparar aquilo que é incomparável porque a EXPOFACIC este ano teve um investimento de um milhão e novecentos mil euros.

Uma das medidas que também vai ser tomada em relação à EXPOH é diminuir o número de dias.

Deixem-me também dizer que fico contente porque o Sr. Vereador, Eng.º João Paulo numa reunião deu os parabéns pela maneira como a EXPOH estava a decorrer.

Este projecto da EXPOH não é um projecto falhado porque este projecto deu vida a Oliveira do Hospital mas precisamos de perceber que os tempos mudam e, por isso, temos que fazer algumas adaptações.

Dizer ainda que o Parque do Mandanelho é ótimo para a realização de concertos mas não é bom para fazer uma feira.

O Executivo ouve as pessoas e dentro do nosso orçamento iremos contratar aquilo que as pessoas votarem. Neste momento já temos perto de quatro mil pessoas que votaram.

Como eu já disse, a EXPOH precisa de um reajustamento e é isso que vamos fazer.

Ouvi aqui uma coisa sobre o Jardim Oliveira Mano que eu não concordo porque há aqui alguns deputados que parece que não recebem a agenda Cá Acontece. Se recebessem a agenda Cá Acontece viam quais eram as actividades que se desenrolam naquele espaço a que chamam de eira. Aquele espaço tem tido bastante vida quando as condições climatéricas o permitem, nomeadamente as actividades do Projeto Move-te e o cinema ao ar livre. Há um conjunto de actividades semanais que se desenvolvem ali.

Não defendo a proposta que foi feita para o skate parque por uma razão: O Parque dos Marmelos vai ter um skate parque para os nossos jovens.

Sobre o desfibrilhador nas escolas quero dizer o seguinte: Em termos de legislação o desfibrilhador é obrigatório para escolas com mais de cinco mil pessoas. Não quer dizer que não se equacione a possibilidade da compra, e se podermos salvar uma vida não é mal nenhum, o único problema é termos pessoas que trabalhem com o desfibrilhador. Ter este equipamento não é mal nenhum, e também vejo isso com bons olhos, porque se podermos salvar alguém já valeu a pena o dinheiro que gastámos.

Ao Sr. Presidente da Junta de Avô quero dizer o seguinte: Para mim é possível governar com qualquer um dos eleitos pela lista do PSD, e com um Executivo eleito pelo PS, por uma razão: Depois das eleições nós temos que

pensar nas populações e, por isso, não há um problema de fronteiras e todos devem ter o mesmo tratamento.

Também é importante referir que as necessidades das Freguesias não são todas iguais e até os subsídios variam consoante o número da população. É preciso tratarmos as coisas que são iguais de forma igual e tratarmos as coisas que são diferentes de forma diferente. Temos que ter essa noção. Os princípios gerais e basilares devem ser iguais para todos e não será de outra maneira enquanto eu aqui estiver.

Sobre as Praias Fluviais quero dizer o seguinte: As Praias Fluviais não são adversárias porque quanto mais pessoas tiver a Praia Fluvial de Avô mais tem a de Alvôco e mais pode ter a de São Sebastião da Feira e a de São Gião. As Praias Fluviais são todas complementares umas das outras.

O trabalho que temos vindo a fazer, em conjunto com as Juntas de Freguesia, nas Praias Fluviais acho que foi um trabalho bem feito.

O Presidente da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira falou na possibilidade da Praia Fluvial de São Sebastião da Feira também ter a Bandeira Azul mas isso depende também das análises que são efectuadas à qualidade da água para depois ser possível fazermos a candidatura.

A Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas já tem a Bandeira de Ouro e esperamos que a Praia Fluvial de Avô também chegue à Bandeira de Ouro mas, às vezes, a qualidade da água não depende só de nós.

O Deputado Tiago falou nas Políticas Sociais e nas Bolsas de Mérito e deixem-me dizer que na minha governação ainda falta uma medida social que é a comparticipação dos medicamentos aos nossos idosos e a quem não tem rendimentos. Há reformas que são relativamente baixas. Penso iniciar este processo em janeiro se conseguir ter o Regulamento porque há pessoas com reformas de duzentos e cinquenta euros e que são obrigadas a comprar um conjunto de medicamentos e, às vezes, ou prescindem de comer ou prescindem dos medicamentos. Se somos um Executivo com estas características sociais temos a obrigação de lançarmos este Programa para ajudarmos estas pessoas que têm reformas extremamente baixas. Esta será uma boa medida.

Também queria deixar uma palavra de agradecimento aos nossos Bombeiros pela ajuda que eles deram nos grandes incêndios deste ano.

Quero anunciar a requalificação da Estrada Nacional 230 que liga a Ponte das Três Entradas ao limite do Concelho. Neste momento a obra encontra-se em fase de adjudicação, só que as fases de adjudicação demoram muito e quando o valor das obras são superiores a trezentos e cinquenta mil

euros estes processos têm que ir ao Tribunal de Contas. Aquilo que me dizem é que até ao final do ano a obra estará executada.

O Eng.º João Brito referiu aqui um problema que interessa a todos e que é o problema das construções em áreas ardidadas. A Sra. Presidente da Assembleia Municipal tem sido incansável e tem-nos ajudado a resolver este problema. O despacho para a resolução deste problema já está para publicação em Diário da República e, por isso, vamos ter este problema resolvido.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal poderá dar-vos também uma palavra relacionada com a resolução deste problema.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vocês sabem que eu trabalhei quarenta anos na Administração Pública, e nós, enquanto País, fizemos um grande percurso mas somos uns burocratas e isso entristece-me profundamente, e digo isto com pena e de forma fundamentada até porque exerci diversas funções de vários níveis.

Este caso que estamos a falar andou em dois Gabinetes de Secretários de Estado com obstáculos criados pelos próprios serviços. A dificuldade resultava do facto do pedido ser para a totalidade do Concelho. Esta legislação foi criada, e bem, no tempo em que as pessoas deitavam fogo aos terrenos para depois os urbanizarem e, à época, foi criada legislação para inviabilizar essas situações. Agora foi preciso tratar de um conjunto de coisas que eram evidentes mas tinha que se cumprir com o formalismo e os Gabinetes não conseguiam desbloquear devido aos obstáculos que vinham debaixo e isso é desesperante. Nós somos assim! Isto não tem a ver com nenhuma área política porque é assim seja qual for a área política que está no poder.

Para desbloquear a situação enviei mails aos Secretários de Estado, falei com Chefes de Gabinetes, com os Diretores Gerais, para ver se a situação se resolvia.

A Câmara Municipal fartou-se de trabalhar e só me falou quando já nem percebiam porque é que o assunto não avançava.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer ainda que houve várias reuniões com o Secretário de Estado das Florestas e diziam-me que o processo estava a andar quando não era verdade e

se não tem sido o empenho da Sra. Presidente da Assembleia Municipal este despacho ainda não estava para publicação. O mais grave é que havia Concelhos que já tinham este despacho e eu pergunto: Porque é que uns têm o despacho e outros não têm, se as condições são iguais?

Este despacho emperrou porque era preciso uma declaração da GNR a dizer que o incêndio não começou aqui e que não fomos responsáveis pelo incêndio. A GNR dizia-nos que estava a decorrer um processo de inquérito devido aos incêndios e enquanto não houver um despacho desse inquérito não passavam a declaração. Como não conseguia a declaração da GNR tive que ir a Lisboa para explicar que o incêndio não tinha começado em Oliveira do Hospital para que a emissão da declaração se pudesse resolver. Tudo isto demorou muito tempo e não é como nós queremos.

É verdade que eu corri muito por causa deste despacho mas também é verdade que foi a Eng.^a Dulce, com os conhecimentos que tem nesta área, que consegui desbloquear isto.

Penso que foi o Deputado Municipal do PSD, Eng.^o Rafael, que falou sobre os Múpis. Sobre os Múpis quero dar a seguinte nota: Temos uma candidatura aprovada de cento e trinta e dois mil euros e vamos melhorar substancialmente estes Múpis. Esta candidatura já foi adjudicada a uma empresa de Oliveira do Hospital e é nossa intenção retirar estes Múpis porque já não servem e estão absolutamente desatualizados.

Fazia aqui um desafio aos Senhores Deputados, a propósito do que disse o Deputado Eng.^o Rafael sobre as árvores que tapam a luz: Quem pôs aqui esta floresta dentro de Oliveira do Hospital não fui eu mas, se os Senhores votarem que devemos cortar as árvores todas, nós cortamos. É verdade que as ruas ficam escuras e também as casas não têm claridade porque têm os ramos em cima, e nós precisamos de fazer alguma coisa. Há pouco tempo pedimos um orçamento para podarmos as árvores mas também há quem defenda que não se deve tocar nas árvores. É verdade que há pouca iluminação e já se falou na possibilidade de colocarmos uns candeeiros mais baixos e, por isso, precisamos de encontrar uma solução. Estas árvores não são apropriadas para a cidade mas estão cá e também há muita gente que gosta das árvores e que dizem para não lhes tocarmos.

Relativamente à colocação de uma placa com referência à Igreja Moçárabe de Lourosa quero dizer-vos que há uma placa junto à Estrada Nacional 17, mas tudo o que seja para divulgarmos as joias que nós temos eu acho bem.

Dizer também ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa que estou disponível para reunir com o Eng.º Nuno Gama para vermos as condições porque o alcatroamento da Estrada Nacional 17 foi da competência deles e, por isso, deviam assumir essas responsabilidades e retificarem o que fizeram de mal, mas aceito, se for necessário, a possibilidade para que seja a Câmara Municipal. Também quero dizer que a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo fez uma reclamação com o que se passa nas Vendas de Galizes.

Quero fazer um esclarecimento sobre as casas de banho que foram colocadas no Parque do Mandanelho: Aquela estrutura não é só uma casa de banho e serve também o Centro de BTT. É verdade que custou cerca de cinquenta mil euros mas está comparticipada pelas Aldeias do Xisto.

O Parque do Mandanelho precisava de umas casas de banho e nós juntámos o útil ao agradável porque tínhamos aqui este centro de BTT.

Relativamente ao Serviço de Estomatologia quero dizer-vos o seguinte: Se o Serviço de Estomatologia não está a funcionar não é por culpa da Câmara Municipal. A Câmara Municipal já fez tudo do que se comprometeu no protocolo com o Ministério da Saúde e já comprou os equipamentos que custaram cerca de vinte e cinco mil euros. Nós já fizemos tudo, por isso, o funcionamento do Serviço de Estomatologia não está nas nossas mãos.

Sobre a área da saúde também quero dar-vos a seguinte nota: Por acaso encontrei o Deputado Rafael no Ministério da Saúde e nesse dia eu vinha muito contente. A Extensão de Saúde do Seixo da Beira e a Extensão de Saúde de Lagares da Beira só têm médico duas vezes por semana mas em princípio a partir do dia dezasseis de outubro terão um médico permanente.

Estou preocupado com estes problemas na área da saúde e não os tenho deixado esquecidos porque são áreas muito sensíveis. Na resolução destes problemas tenho sido acompanhado pelos Srs. Presidentes de Junta. Também vos digo que nunca defenderei o fecho de qualquer Extensão de Saúde.

Relativamente à requalificação da rua António Canastrinha, há aqui um pormenor, porque senão os elementos do PSD vão dizer que não vou alcatroar a estrada agora por ser a rua onde está a sede do PSD, e não é nada disso! Vamos alcatroar a rua António Canastrinha quando acabarem a construção do edifício.

Vamos também fazer a requalificação da rua que vai da Capela Mortuária até à Farmácia Santos.

Penso que já gastei o meu tempo e se não respondi a alguma pergunta eu peço desculpa.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos então agora dar início à ordem de trabalhos.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Acerca da atividade financeira do Município, face aos elementos aqui fornecidos, verifica-se que o Município cumpre com bastante eficácia os seus compromissos para com os seus fornecedores ou entidades prestadores de serviços, cuja dívida em trinta e um de agosto é meramente residual.

No que concerne aos fluxos de caixa, face à dotação atual e à receita cobrada, o seu grau de execução é de cerca de 30 % na sua globalidade, mas esta percentagem é muito influenciada pelas receitas correntes, já que nas receitas de capital o seu grau de execução é muito baixo, cerca de 8 %.

Nas GOP o grau de execução evidenciado é ainda mais baixo, 20,28 % e, então se verificarmos o grau de execução do objetivo 05, que comporta o maior financiamento (habitação e urbanismo) a sua taxa de execução vai para os 11,89 %. Os outros dois maiores objetivos, o 01 - Educação e Formação Profissional, a taxa de execução é de 17,90 % e o objetivo 07 - Segurança e Proteção Civil é de 17,86 %.

Em meu entender, e decorridos que já foram dois terços do período a que se refere o orçamento, o grau de execução apresentado é muito baixo, mas no entanto, vamos esperar até ao fim do ano, para podermos avaliar com melhor capacidade a dinâmica orçamental para este exercício e tirar-mos as conclusões acerca da atividade desenvolvida.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“É verdade, e tal como disse o Deputado João Esteves, a taxa de execução tem estado realmente baixa mas aquilo que conta é aquilo que se realiza. Neste momento, e também é importante dizer-se, decorrem um conjunto de obras em Oliveira do Hospital no valor de seis milhões de euros.

Diria mais: Em obras que estão previstas, e que irão ser feitas até ao final do meu mandato, andaremos muito próximo dos vinte milhões de euros.

Há um conjunto de obras para lançar, como por exemplo as obras na Zona Histórica. Acreditamos que é possível iniciarmos os trabalhos de adjudicação que andarão à volta de quatro milhões de euros.

Vamos fazer a abertura do procedimento para adjudicação do concurso do Campus Educativo de Oliveira do Hospital na próxima reunião de Câmara.

Para a Zona Industrial temos um milhão e meio de financiamento e temos os terrenos todos comprados.

O Eng.º Rui Fernandes na sua intervenção falou na construção da igreja na Zona Histórica e quero dizer que na próxima sexta-feira vamos fazer uma reunião com o Sr. Padre António Loureiro e com a equipa que está a trabalhar no processo de reabilitação da Zona Histórica para se apreciar a integração, ou não, dessa igreja.

Na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, num ano, decorrem obras no valor de seis milhões de euros. Isto é significativo e significa também muito trabalho.

Como já disse, até ao final do mandato, nestes dois próximos anos, o investimento rondará os vinte milhões de euros e honraremos também os compromissos que temos com as Freguesias.

Resolveremos também o problema das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Na história da democracia em Oliveira do Hospital, nestes últimos dez anos até hoje, não há quem tenha feito obras com este volume financeiro.

Vamos lançar um Campus Escolar que chega tardiamente a Oliveira do Hospital e também vos quero dizer que não sei se teremos participação de 85%, 75%, ou 70%, porque depende da reprogramação do Quadro Financeiro, mas também foi este Presidente de Câmara que vocês hoje aqui têm que fez com que este Campus Escolar, do mais moderno que há, possa ser elegível neste Quadro Financeiro porque foi inscrito quando eu era Vice-Presidente da CIM com uma verba de trezentos mil euros que agora nos pode levar a uma verba de três ou quatro milhões de euros.

Também é preciso dizê-lo: É preciso talento para estes desafios e é preciso perceber o que é que vai acontecer mais à frente. Se eu não tivesse incluído o Campus Educativo com aqueles trezentos mil euros, eu nunca conseguiria chegar à possibilidade de financiamento nesta reprogramação do Quadro Financeiro.

Meus caros amigos, penso que na história dos Executivos que passaram aqui será difícil encontrar alguém que tenha conseguido esta captação de verbas

para o seu território e não o deixo de dizer porque a humildade a mais também não parece bem.

Acho que este Executivo tem demonstrado cabalmente que é capaz de executar um conjunto de políticas sociais, é capaz de fazer festas e, depois, somos capazes de apresentar obra. Isto é uma verdade indesmentível!

Também houve alguém que fez uma pergunta sobre as obras da Casa da Cultura: Como sabem, a empresa que executa as obras da Casa da Cultura entrou em dificuldades mas parece-nos que ainda conseguirá acabar a obra e, por isso, acompanhamos este processo com preocupação.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, São Gião, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2018, no valor total de 25.084,80 € (vinte e cinco mil, oitenta e quatro euros e oitenta cêntimos).

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O documento é bem explícito mas não sei se o Sr. Presidente da Câmara Municipal quer dar alguma explicação.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que quero dizer é o seguinte: Nós acertamos sempre as contas e este subsídio é uma dívida que tínhamos com as Junta de Freguesia.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto II, congratulamos o facto de o Município transferir para as Juntas de Freguesia parte do que recebem dos Municípios pela recolha dos resíduos sólidos urbanos dos locais sem acesso aos carros de recolha.

Congratularmos também o facto da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, ter sido reconhecida e incorporada na lista de Juntas a receber a respetiva compensação.

Votamos favoravelmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Dar os parabéns ao Executivo pela atribuição deste subsídio. Acho que é um subsídio mais do que justo porque quem trabalha deve ser recompensado pelo seu trabalho e por isso votarei favoravelmente este Ponto II.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente este Ponto II.

Quero agradecer ao Município o facto de reconhecer que a Freguesia faz um trabalho justo e agora é compensada.

Referir ainda que no verão fazemos este trabalho três vezes por semana e também durante o fim de semana devido ao fluxo enorme de pessoas na Praia Fluvial. No inverno fazemos este trabalho duas vezes por semana.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar-vos a seguinte nota: O Deputado João Brito referiu na sua intervenção que a Câmara transfere parte do que recebe.

Quero dizer-vos o seguinte: Os Resíduos Sólidos Urbanos dão neste momento um prejuízo à Câmara Municipal na ordem dos cento e cinquenta mil euros. O dinheiro que recebemos dos resíduos não é suficiente para pagar as faturas. Este esforço é feito com o Orçamento Municipal, e não é com as receitas, porque as receitas não são suficientes para pagar a fatura ao Planalto Beirão.

Acho que a Câmara Municipal tem que fazer uma campanha de sensibilização para a reciclagem. Nós não pagamos a reciclagem. A reciclagem produz meios próprios suficientes para se pagar a ela própria.

A temática do ambiente está em voga e é fundamental que tenhamos todos uma forma diferente de fazer a reciclagem e, por isso, temos alargado e feito um forte investimento em Ilhas Ecológicas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre este tema queria também fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: A tarifa que o Município cobra tem na sua base a completa recuperação de custos?

Se não tem é porque há uma parte da tarifa que é o Município de cobre.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A tarifa de recolha de resíduos que é cobrada no Município de Oliveira do Hospital não cobre os custos.

Os grandes Municípios geralmente aplicam uma tarifa que está relacionada com o consumo de metros cúbicos de água mas no Município de Oliveira do Hospital esta tarifa é fixa e por isso é igual para todos.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A tarifa ainda não está relacionada com o consumo de metros cúbicos de água porque não querem tomar essa decisão. Lá chegarão, porque a ERSAR irá pressionar nesse sentido. É uma questão de tempo! É uma questão de tempo porque o caminho é esse.

Os Municípios não gostam de pagar e são poucos os Municípios do País que aplicam uma tarifa ao cidadão que garanta a completa recuperação de custos, mas há uma pressão enorme para que assim não seja. Em algumas candidaturas a Fundos Comunitários começa a ser fator de preferência a aplicação de tarifas que garantam a completa recuperação de custos.

Nós temos que nos preparar para “abrir os cordões à bolsa”, porque isto é assim nos Países desenvolvidos, e porque só com isso se consegue que as pessoas ativamente contribuam para diminuir a quantidade de lixo.

Outra coisa distinta é o que o Sr. Presidente explicou, e bem, na sequência da intervenção do Sr. Deputado João Brito: É o custo da recolha selectiva que é subvencionado pela Sociedade Ponto Verde e outras sociedades gestoras porque está legislado assim. Nós pagamos isso sem darmos conta no custo dos bens que compramos que são embalados ou no material eléctrico ou electrónico. É o chamado eco valor.

Existem as sociedades gestoras, a mais conhecida, a primeira, a maior, é a Sociedade Ponto Verde, e está estabelecido na sua licença, porque elas têm

que pagar aos sistemas e depois aos Municípios, o custo que eles têm com a recolha selectiva e se não fosse assim não reciclávamos.

A reciclagem não se faz por razões económicas, ela não é economicamente compensadora. A reciclagem faz-se por razões de sustentabilidade do planeta.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“A Câmara Municipal todas as sextas feiras têm uma viatura que faz a recolha junto dos estabelecimentos comerciais, ou por quem o solicitar, de caixas de cartão e outras coisas.

Às vezes vejo críticas nas redes sociais de pessoas que até colocam algumas fotografias quando junto às Ilhas Ecológicas estão determinadas coisas que são lá colocadas.

Digo isto com tristeza: Ontem, cerca das cinco horas da tarde, passei em frente de uma Instituição, que deveria ser uma Instituição de referência, e à frente da Instituição foram colocadas Ilhas Ecológicas e o amontoado que estava lá de lixo envergonho-me. As pessoas que estão à frente da Instituição deviam ter vergonha por permitir que o lixo seja colocado fora das Ilhas ecológicas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco dei uma informação errada: Desde o dia um de janeiro que a nossa taxa de resíduos está ligada ao número de metros cúbicos de consumo de água.

Quero dar também a seguinte nota: O que é grave é quando temos os contentores sem nada e as pessoas não se dignam ao trabalho de colocar os lixos dentro dos contentores.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, São Gião, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os

trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2018, no valor total de 25.084,80 € (vinte e cinco mil, oitenta e quatro euros e oitenta cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Aldeia das Dez, como apoio à execução do Projeto de Arquitetura para a “Reconstrução do Solar Pina Ferraz”, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“A Junta de Freguesia de Aldeia das Dez agradece o apoio para a execução do projecto de requalificação do Solar Pina Ferraz, que se encontra em risco de ruir, pois sem projecto não poderá haver financiamento.

Somos uma aldeia integrada na Rede das Aldeias do Xisto onde não existe nenhum equipamento onde se possam desenvolver actividades de cariz cultural no período de inverno que possa complementar a excelente oferta de verão do Vale do Alva na vertente de Praias Fluviais. Com esta infraestrutura seria possível agregar no Solar Pina Ferraz as instalações da Junta de Freguesia e a Loja da Rede das Aldeias do Xisto.

Aldeia das Dez sempre foi o parente pobre dos Executivos Municipais que antecederam o seu mandato. O Senhor inverteu essa falta de equidade no tratamento das Freguesias.

Prova dessa falta de equidade é termos a Aldeia do Chão Sobral, a segunda maior aldeia da Freguesia, sem uma saída em estrada de alcatrão e a sede da Freguesia com a lacuna atrás referida.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, confiamos na sua gestão e esperamos ser contemplados nesta nossa ambição até final do seu mandato, pois são investimentos estruturantes para o desenvolvimento da nossa Freguesia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Em nome do PSD venho indicar que iremos votar a favor. Concordamos com este investimento. Este e outros investimentos fazem falta em Freguesias

que estão no extremo do Concelho. Eventualmente Freguesias que devido à fraca densidade populacional muitas vezes carecem de outro tipo de condições.

Deixo também um desafio ao Município para olhar também para aquela Freguesia mesmos ao nível do ecossistema que foi um pouco afectados com os incêndios e eventualmente ponderar a possibilidade de novos projectos que valorizem esse aspeto.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Aldeia das Dez, como apoio à execução do Projeto de Arquitetura para a “Reconstrução do Solar Pina Ferraz”, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à realização da 17.ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00 € (sete mil euros)

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que este Ponto IV está sobejamente apresentado. A atribuição deste subsídio insere-se na política que o Município tem de incentivar todas estas iniciativas que valorizam também o nosso património antropológico.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como todos sabem houve um subsídio de dez mil euros que foi atribuído a cada Junta que era para fazerem os seus eventos mas a Feira do Porco e do Enchido pela sua dimensão ficou fora disso.

Esta Feira teve um reajustamento no valor do subsídio no ano passado e o valor do subsídio passou para sete mil euros.

Penso que a Feira do Porco e do Enchido é uma feira com grandes potencialidades. Esta feira é o resultado de um trabalho fantástico realizado pela Junta de Freguesia de Meruge e pelas suas gentes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“O PSD irá votar a favor a atribuição deste subsídio, tal como no Ponto seguinte. Não temos nada a opor.

Achamos que este tipo de eventos valorizam tanto os produtos endógenos como a nossa população, no entanto, entendemos que futuramente deveria ser ponderada a inclusão da Festa das Sopas, promovida pela União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, uma vez que é também um evento que dignifica imenso o nosso Concelho e que junta bastantes pessoas, como foi prova disso na última edição. Alguns Vereadores também estiveram presentes e puderam constatar isso.

Se a Festa das Sopas não tivesse importância se calhar as candidaturas às legislativas nem lá estavam, mas desta vez também estiveram para corroborarem o que eu digo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Era bom esclarecer o seguinte: Aquando da realização da Festa das Sopas eu não estive cá porque foi na altura em que estive hospitalizado mas quero dizer-vos que para a realização da Festa das Sopas não foi feito nenhum pedido de apoio à Câmara Municipal.

A forma como estão a organizar a festa até acho que a estão a tratar bem, pelo que me disse o Sr. Vice- Presidente e os Srs. Vereadores que estiveram presentes. A Festa das Sopas está a ser organizada em parceria com a Associação, e eu acho bem. A Câmara Municipal, de uma forma muito excepcional, deu todo o apoio logístico que foi pedido.

A Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira faz a Festa da Freguesia sem nenhum tipo de apoio financeiro, desde que começámos a dar o subsídio dos dez mil euros.

É preciso dizer que há eventos que fazem grandes diferenças e que devem ser apoiados. A verba de dez mil euros que atribuímos às Juntas era para deixarmos de apoiar estas iniciativas.

Há também outras festas que estão a ganhar uma grande dimensão como por exemplo a Festa dos Bolos e Bôlas. Esta festa tem crescido de uma forma fantástica.

A Festa da Castanha em Aldeia das Dez também tem vindo a ganhar uma dinâmica maior tal como a Festa Moçárabe de Lourosa. A Festa das Vindimas

em Lagares da Beira também é uma festa que é realizada em conjunto com a Associação e que deve ser apoiada. Precisamos de saber quais são os eventos que têm repercussão.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à realização da 17.ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00 € (sete mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio à realização da “Festa do Pão, Bolos e Bolas 2019”, no montante de 2.000, 00 € (dois mil euros).

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio à realização da “Festa do Pão, Bolos e Bolas 2019”, no montante de 2.000, 00 € (dois mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais para Acordo Quadro de Fornecimento de Refeições Escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Abertura de Procedimento.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Este Acordo Quadro surgiu da necessidade de fazermos a adjudicação das refeições escolares através da CIM da Região Centro. Foi uma forma de resolvermos a situação das refeições escolares de uma forma célere.

Como sabem as refeições escolares tinham Contratos Interadministrativos por mandato e eram as Juntas de Freguesia que assumiam essa responsabilidade ou passavam a ter a competência de pagar as refeições às IPSS.

Uma vez que, e de acordo com o que já foi aqui mencionado pelo Sr. Presidente, houve alterações no âmbito das adjudicações e que foi contratado um Técnico da CIM para poder aconselhar os vários Municípios, e neste caso também o Município de Oliveira do Hospital, para averiguar quais as adjudicações que careciam de fazer alguns ajustes de acordo com a Lei.

Nós entendíamos que estávamos a fazer um bom trabalho, no sentido em que estávamos a ajudar a economia circular. Foi o que foi defendido sempre na Assembleia Municipal. A postura deste Executivo, sempre que faz compras, procura sempre defender os interesses dos nossos Municípios ao nível do Comércio local, como é o caso de Cheque Mais Educação que, no âmbito da compra das fichas dos manuais, também deliberamos que seja adquirida a fatura dessas fichas nas Papelarias do Concelho. Isto é um pequeno exemplo e era isto que acontecia também com as refeições escolares.

As IPSS faziam o favor de assegurarem estas refeições de excelente qualidade. Aproveito para agradecer mais uma vez esse trabalho de excelência que era feito pelas IPSS e que há muitos, muitos anos, eram eles as entidades fornecedoras. Também agradeço a todas as Juntas de Freguesia que colaboravam com este processo complicado e complexo porque nem todas as Juntas de Freguesia tinham uma pessoa para poder gerir este valor que implica as nossas refeições e, ainda assim, se esforçaram para nos ajudar e poder manter este tipo de qualidade que foi sempre aquilo que nos levou a fazer os Contratos Interadministrativos.

Face às notícias, e face àquilo que tem sido a atitude da polícia judiciária ao visitar as Câmaras Municipais, nós tivemos que também ajustar algumas adjudicações. Fizemo-lo no âmbito das refeições mas também o fizemos ao nível de alguns transportes. Hoje também as Juntas de Freguesia não estão a poder fazer esses transportes nem as IPSS. Ao nível dos transportes escolares fizemos estas alterações.

Os bens que eram comprados no nosso comércio local provavelmente hoje não podemos garantir que estejam a ser comprados. Provavelmente, hoje, poderá haver uma ou outra instituição que possa ter os seus recursos descapitalizados porque havia pessoal a trabalhar, temos plena noção disso. Pedimos desculpa por isso mas fomos obrigados a tal.

Queria também tranquilizar os Srs. Deputados dando nota do trabalho que tem sido feito e faz parte do Caderno de Encargos deste serviço prestado pela empresa Eurest. É a empresa Eurest que está a fornecer e a distribuir as refeições que são mais caras. Temos a garantia da qualidade e todo o controle que é feito em termos de higienização.

Acresce referir que, relativamente ao controle da qualidade da refeição, faz parte do Caderno de Encargos fazê-lo, vamos brevemente passar um inquérito pelas Auxiliares de Ação Educativa que provam as refeições. Também junto do Agrupamento de Escolas vamos pedir aos Srs. Professores do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo que façam também diariamente essa verificação para que depois possam preencher o inquérito e que nos permitirá dessa forma melhorar essas condições.

Devo dizer que ainda hoje estive no Centro Escolar de Nogueira do Cravo, porque é lá que está a cozinha que fornece as refeições para todas as escolas de norte a sul do Concelho, e foi referido pelos professores que almoçaram lá que a feijoada estava muito boa e que ultimamente as refeições têm melhorado.

Penso que as coisas vão-se ajustando e adequando àquilo que também vão sendo as reclamações, ou eventuais observações, que vão sendo feitas.

Devo dizer que neste momento a Eurest tem tido uma postura muito correta para com o Município de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar aqui uma nota para esclarecer o seguinte: Este problema dos transportes escolares começou, como sabem, com um conjunto de buscas em dezoito Câmaras Municipais.

Atenção, porque a Câmara de Oliveira do Hospital não teve nenhuma visita, nem nenhuma busca, mas poderia ter tido como outras também tiveram.

Na Comunidade Intermunicipal também tivemos uma Câmara, foi a Câmara de Soure. Estas buscas obrigaram a Comunidade Intermunicipal a contratar uma empresa de advogados do Porto para ver a situação da Câmara Municipal. Nas reuniões que fizemos percebemos que era obrigatório adjudicar as refeições escolares e os transportes e abandonar o nosso modelo.

O modelo que nós tínhamos era muito bom em termos de qualidade e a adjudicação destes serviços vai-nos sair muito mais caro.

O nosso modelo defendia muito mais o interesse Municipal porque gastávamos muito menos. Só no circuito de transporte que as Juntas faziam gastamos mais trinta mil euros, mas temos que cumprir a Lei.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Li na Comunicação Social a reclamação de alguns pais sobre a qualidade das refeições e pondo em causa o serviço das mesmas.

Por aquilo que aqui ouvi as coisas estão a correr não tão bem como corriam antes porque, na minha opinião as refeições que eram confeccionadas nas IPSS teriam uma qualidade efectivamente diferente até porque havia uma proximidade maior.

Agora arranjam como solução confeccionar as refeições na Cantina da Escola de Nogueira do Cravo porque senão fosse assim seria efetivamente muito pior.

Quero dar os parabéns por terem encontrado esta solução porque já irá mais ao encontro àquilo que todos os pais anseiam.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto VI, só tenho uma questão prévia a fazer: É para fazermos uma aprovação ou retificação da aprovação? Penso que já está em funcionamento e será uma retificação de aprovação.

Ainda assim o PSD é favorável a esta situação porque é uma situação que decorre da Lei. Também não pretendemos que o Município de Oliveira do Hospital, e neste caso o Presidente da Câmara Municipal, seja penalizado por uma coisa que fazia para haver alguma harmonia entre as IPSS. Era algo e temos que ponderar que o dinheiro ficaria no nosso Concelho e ajudava toda a gente. Mesmo nos transportes ficaríamos melhor servidos e seria mais barato.

Importa também salientar que o tiro de partida de partida para este alerta foi dado com essas mesmas buscas, inclusive com a putativa incriminação de um Presidente de Câmara de um Concelho próximo que não fazia nada demais a não ser tentar acabar com algo que funciona em certas zonas do País quase como cartel, e refiro-me aos transportes. No fundo, quem está dentro disto, e eu não estou a ensinar nada porque o Sr. Presidente de Câmara sabe que é assim, mas obviamente o PSD votará a favor porque também não queremos que incorra nessa pena, sob pena, obviamente, que as IPSS, como disse a Sra. Vereadora, e

muito bem, ficam sem este trabalho e de alguma forma é um bocado chato para eles, mas é o que é!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Atenção, isto não é nenhuma retificação e é uma aprovação porque o que eu trago aqui é a repartição de encargos plurianuais das refeições. O que vamos aprovar são os encargos do próximo ano porque os encargos deste ano já estavam e, por isso, isto não é nenhuma retificação.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais para Acordo Quadro de Fornecimento de Refeições Escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Abertura de Procedimento, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, da proposta de valorização dos ativos dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento no âmbito do estudo de implementação da APSE - Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, já passaram por aqui os estatutos desta empresa pública Águas Públicas da Serra da Estrela e aquilo que nós estamos a constituir é o capital dessa empresa. Ficou aqui aprovado numa reunião de Câmara que cada Câmara Municipal entrava com cinquenta mil euros e depois faria também uma comparticipação em espécie.

Aquilo que vos trago aqui é um documento para aprovar esse capital em espécie e que é constituído pelos ativos dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais em alta, no valor de dois milhões e três mil euros. Este património será entregue à empresa Águas Públicas da Serra da Estrela e deixará de pertencer à Câmara Municipal.

O resto das infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais em baixa serão arrendadas. A Câmara Municipal receberá uma renda desta empresa.

Chamava a vossa atenção para o Relatório do Revisor Oficial de Contas relativo à verificação de entradas em espécie.

Todas as outras Câmaras também vão entrar com o mesmo capital.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Gostava de pedir um esclarecimento e que é o seguinte: Foi constituído um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho é constituído em cada um dos Municípios ou é um grupo de trabalho para os três Municípios?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O grupo de trabalho que foi constituído é um grupo de trabalho conjunto. Este grupo de trabalho tem técnicos dos três Municípios e também tem técnicos da empresa que está a tratar desta agregação.

Com a elaboração deste trabalho foi verificado que existiam cento e sessenta e dois bens que não se encontram lançados no património do Município cujo valor líquido em trinta e um de dezembro era de seiscentos mil euros.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É bom que percebamos o que vamos votar. O Sr. Presidente já disse o essencial.

É importante existir o mesmo grupo de trabalho para os três Municípios porque embora os critérios de avaliação até constem de normas e orientações que todos teriam que seguir e também é obrigatória a certificação por um ROC-Revisor Oficial de Contas mas ser o mesmo grupo de trabalho é sempre mais credível.

Também vos digo que os ativos não estarem contabilizados ou contabilizados por valores que não estão atualizados isso é comum e acontece pelo País todo. No processo de constituição dos sistemas de água e resíduos no nosso País onde aconteceram situações destas onde os ativos camarários

passavam para a posse dos sistemas obrigaram a que se afinasse muito bem esta questão da avaliação dos ativos.

Também gostei de saber que os outros ativos vão ser arrendados.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Aquando da aprovação por esta Assembleia, para a constituição da empresa APSE-Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, SA, houve necessidade de clarificar todo o património e ativos, registados e não registados, para serem transferidos para a nova empresa criada. Para isso, e tendo em conta o relatório efetuado, que aqui se reproduz, nota-se que houve um trabalho exaustivo, que em análise se aceita, já que este trabalho dá-nos um relatório com bastante rigor dos valores afetos aos Serviços Municipais de Abastecimento de Água em baixa, não registados no Património Municipal.

Este relatório destina-se ao apuramento para a entrega pelo Município de Oliveira do Hospital de bens diferentes de dinheiro, avaliados em dois milhões, três mil e cinquenta e nove euros e trinta e sete cêntimos para a realização de ações subscritas pelo Município no capital da empresa, com o valor nominal de dois milhões de euros.

Face ao relatório apresentado pelo Revisor Oficial de Contas, aprovamos a valorização dos ativos não registados e a valorização dos ativos para entradas em espécie na APSE-Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, SA.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, da proposta de valorização dos ativos dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento no âmbito do estudo de implementação da APSE - Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2019.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Agradecer aos partidos com representação na Assembleia Municipal que estiveram nas reuniões que correram muito bem. O CDS foi recebido depois do PSD. O CDS propôs um nome que de imediato aceitámos e se calhar nunca houve tanta unanimidade entre as forças políticas na elaboração da proposta de cidadãos e entidades a homenagear e eu tenho que congratular isso. As medalhas não são azuis, rosas ou laranjas, as medalhas são de quem as merece.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Considero bem interessante esta iniciativa e nem todos os Municípios têm esta iniciativa. Esta iniciativa procura de alguma forma homenagear preferencialmente em vida, e quando não é possível a título póstumo, pessoas que à sua maneira foram parte da construção da nossa terra através do seu esforço, do seu empenho e independentemente de áreas partidárias e graduações académicas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Qualquer um dos nomes que está proposto foram pessoas que se destacaram na vida Oliveirense e a atribuição desta medalha é merecida para todos eles.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto o Sr. Presidente da Câmara Municipal já referiu que todos os cidadãos propostos merecem a atribuição da Medalha de Mérito Municipal proposta.

Venho fazer esta intervenção com especial prazer porque estão aqui dois Lagarenses. Provavelmente do Sr. Francisco Marques de Oliveira alguns Deputados não se recordarão muito bem, pelo menos os mais novos, mas quem conhece a história dos electricistas deste Concelho não pode ficar indiferente a este homem. Este homem foi responsável pela formação de uma grande parte dos electricistas que ainda hoje existem no Concelho. Foi um homem que realmente se destacou na área da energia eléctrica deste Concelho e também na construção de motores eléctricos que ainda hoje temos a funcionar no Concelho.

Depois, o Sr. José António Freire Falcão de Brito é um Lagarensense e foi Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, como é referido no Currículo. Era um homem com vontade de manter aquilo que tinha, com vontade de incentivar, com vontade de criar, como por exemplo os Azeites do Cobral. Foi um homem que sempre se interessou por ajudar e por se manter ativo em várias vertentes. Trabalhei com ele na Associação Desportiva de Lagares da Beira desde o princípio da constituição da Associação.

Tenho pena que a atribuição destas Medalhas de Mérito sejam feitas a título póstumo mas, vale mais tarde do que nunca.

Felicito a Câmara Municipal por atribuir estas Medalhas a todas estas pessoas e particularmente a estes dois cidadãos e é claro que vou votar favoravelmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar os parabéns à Câmara Municipal pelos nomes propostos. Conheço todos os que efectivamente aqui estão enunciados.

O Sr. Manuel Madeira Mendes, é uma pessoa que toda a gente conhece como sendo um grande empreendedor, foi autarca, é um homem a quem o Associativismo neste Concelho muito deve, é um homem que é conhecido a nível de todo o País derivado à sua participação no folclore e a quem a Beira Serra muito deve, é um homem que soube acompanhar o avançar dos tempos.

O Sr. Francisco Marques de Oliveira é um homem que realmente todos nós gostámos de conhecer. Vou fazer aqui uma homenagem aos seus filhos porque os seus filhos souberam herdar aquilo que o pai tinha de bom. Tem um filho que é urologista nos Hospitais da Universidade de Coimbra que muito tem ajudado pessoas de Oliveira do Hospital sempre que lhe é solicitado. Foi meu colega de escola ainda hoje o trato por Xico Rolo porque era o nome que ele efectivamente era conhecido. Ainda não se falava em desfibriladores e ofereceu aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital um desfibrilhador. Os filhos souberam seguir o exemplo que o pai foi.

O Sr. Albano José Ribeiro de Almeida foi coronel e conheço-o da minha vida ligada aos Bombeiros. Realmente privei bastante com ele e sei que recentemente contribuiu para a Santa Casa da Misericórdia de Galizes com um património do Senhor das Almas, são coisas de enaltecer.

O Sr. José António Freire Falcão de Brito é um homem com quem privei muito, tinha uma coisa em comum comigo, era sportinguista e fomos os dois à inauguração do Estádio de Alvalade. Era um homem realmente bom.

Armazéns Neves - Quando comecei a trabalhar conheci o Sr. Francisco Luciano das Neves. Um homem íntegro, um homem vertical, um homem apumado.

Os Armazéns Neves já vão na terceira geração e neste momento estão lá os netos do Sr. Francisco Luciano das Neves.

Os Armazéns Neves são um espaço comercial de referência em Oliveira do Hospital e está a comemorar setenta e cinco anos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos nomes que estão a ser apresentados, na reunião que tivemos com o Sr. Presidente do Município e com os Srs. Vereadores, o grupo que representou o PSD mostrou-se favorável, apesar de, na altura, não conhecermos em concreto pelo menos uma das pessoas e entretanto foram dissipadas as dúvidas. Obviamente é com todo o mérito que essas pessoas também estão a ser incluídas hoje.

Acho que entre as pessoas que já foram medalhadas, e as que possam vir a ser medalhadas, poderá haver algumas que poderão merecer maior destaque do que outras. Não quero com isto dizer que haja melhores, ou piores, Oliveirenses mas, efetivamente, as pessoas que estamos a votar para medalhas honoríficas algumas tiveram um papel muito superior do que outras. É apenas uma ideia que eu deixo no ar para se ponderar e para que eventualmente se possa fazer essa alteração no Regulamento.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2019, e depois de efetuada a votação nominal por escrutínio secreto, foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Manuel Madeira Mendes;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com um voto contra e duas abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal a título póstumo ao Exmo. Sr. Francisco Marques de Oliveira;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com um voto contra e uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Albano José Ribeiro de Almeida;

Também foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com duas abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal a título póstumo ao Exmo. Sr. José António Freire Falcão de Brito;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com três abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à entidade Armazéns Neves.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2020, nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar propriamente neste Ponto gostaria de dar algumas informações relevantes: Houve quarenta candidaturas para a reconstrução das segundas habitações destruídas pelos incêndios. Como todos sabem há um Regulamento. Nesse regulamento só vinte e uma candidaturas é que foram consideradas elegíveis, com um valor aproximadamente de quinhentos mil euros. Há dezanove candidaturas que foram avaliadas e não foram elegíveis.

Dar aqui outra nota que pode ser importante para a Conta Solidária: Em reunião de Câmara foi proposta a constituição de uma Comissão formada só com quatro Técnicos. A intenção foi afastar qualquer pressão política. Isso não é medo de tomar decisões mas há um Regulamento e está lá quem pode entrar e quem não pode entrar. Por isso, há aqui um esforço financeiro que teremos que fazer de cerca de quinhentos mil euros. Na altura não perspetivámos ir ao Fundo de Apoio Municipal porque não sabíamos. O Fundo de Apoio Municipal devia era devolver-nos o dinheiro que nós lhe emprestámos, e todos os anos continuamos a dar, para as Câmaras que estavam endividadas e agora era bom, e já disse ao Sr. Secretário de Estado várias vezes, que em vez de nos estarem a pedir dinheiro deveriam era devolver-nos o dinheiro mas ele diz que não porque até ao ano dois mil e vinte e um tem que ser assim.

Queria dar-vos também nota sobre a Conta Solidária: Como sabem a Conta Solidária tem um Regulamento. Houve quarenta e cinco candidaturas

que importam em cento e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e oito euros. A conta solidária só tem setenta e quatro mil euros mas este Regulamento tem prioridades. A conta Solidária tem um júri constituído por Técnicos que me fez chegar este relatório.

O primeiro critério do nosso Regulamento são pessoas agregadas mais carenciadas sem retaguarda familiar que perderam a primeira habitação. O critério dois é referente a pessoas agregadas que perderam a habitação e a maioria das suas fontes de rendimento. O critério três é referente a pessoas que perderam a principal fonte de rendimento.

Na primeira prioridade temos candidaturas no valor de cinquenta mil, cento e três euros. Na segunda prioridade temos candidaturas no valor de quinze mil e cem euros. Na terceira prioridade temos candidaturas no valor de trinta e um mil, trezentos e quarenta euros. Na quarta prioridade, que é aquela mais distanciada, temos candidaturas no valor de sessenta e dois mil, setecentos e noventa e três euros.

Na Conta Solidária a equipa ainda está a fazer visitas para verificarem alguns valores mas estaremos brevemente em condições de fazer estes apoios. Como temos a Conta Solidária com setenta e quatro mil euros, aquelas três primeiras prioridades que são à volta de cem mil euros, acho que devemos fazer este esforço mas, como disse, o júri ainda está a fazer umas visitas. Nas casas de segunda habitação já não há dúvidas são quinhentos mil euros e neste momento estamos em condições de aprovar numa próxima reunião de Câmara.

Sobre o IMI queria dizer o seguinte: Como sabem tenho vindo a defender a taxa de 0,35 % já que o máximo devia ser a taxa de 0,45 %.

No meu programa eleitoral defendia o abaixamento do IMI em uma centésima até chegarmos a uma taxa de 0,30 % no ano de dois mil e vinte e um. Com os problemas relacionados com os incêndios não baixámos essa centésima no IMI. E, por isso, hoje estou a começar a honrar o compromisso que tinha no programa eleitoral. Também é minha intenção continuar a descida do IMI e temos que o fazer de forma faseada por causa dos desafios financeiros que temos e que estão relacionados com os incêndios. Proponho a esta Assembleia uma taxa de IMI de 0,34%.

Também não me peçam “*chuva no nabal e sol na eira*” porque eu não faço esses milagres. Gosto de ter as contas certas e gosto de trazer as contas muito alinhadas, como disse o Deputado João Esteves, e gosto de pagar aos fornecedores a tempo e horas. Estamos aqui a fazer um esforço, e com todos estes desafios, e com todas as participações que temos que fazer, e por uma

questão de precaução a redução do IMI é de uma centésima e proponho uma taxa de 0,34 %.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta deixou-me com um sorriso na cara porque o Sr. Presidente está a puxar pelos estatutos como independente. Contratualiza com o sector social para a saúde, desce o IMI, promove políticas de natalidade. Quase se podia dizer que era um autarca do CDS e, nessa medida e por uma questão de coerência, votaremos favoravelmente tanto uma medida como a outra e esperamos também que possa isto abrir um caminho progressivo para se chegar à taxa mínima até para fomentar a recuperação de algumas casas e até a construção de segundas habitações de pessoas amigas de Oliveira do Hospital, que não são de cá, e que querem voltar cá e não o conseguem fazer porque não conseguem recuperar a sua habitação. Portanto, saudamos esta medida.

Quanto ao Ponto X é também uma questão de honrar o lugar que o CDS tem nesta casa porque o Ex-deputado Luís Lagos sempre se bateu pelas políticas de natalidade em Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Pedia apenas uns segundinhos para abordar aqui três assuntos: O primeiro tem a ver com a questão política nacional e acho que é de todo desejável evitar aqui a política nacional porque não é esse o nosso propósito aqui e deixemos isso para a Assembleia da República.

O segundo assunto tem a ver com uma proposta que o Sr. Presidente aqui anunciou, e que vemos com bons olhos visto que a defendemos também, e foi aqui apresentada uma proposta de recomendação nesse sentido. Chamámo-lhe o Cheque Saúde porque tem a ver com a comparticipação dos medicamentos. É com bons olhos que agora vemos chegar esta proposta e acolher esta nossa ideia.

Relativamente ao inquérito on line: Dizer que estivemos a olhar para o inquérito on line e uma pessoa pode votar as vezes que quiser e acho que pode destorcer um bocadinho a vontade real da população. Acho que há mecanismos para que uma pessoa corresponda apenas a um voto. Como diz que já recebeu votações de quatro mil pessoas, e isso pode corresponder apenas a uma pessoa, no nosso entender, esse inquérito tem que ser melhorado.

Relativamente ao Ponto IX e Ponto X, e sendo coerente com o nosso passado, dizer que é com bons olhos que vemos agora esta redução do IMI em um ponto percentual. Aliás constava do programa do PSD nas últimas eleições e mesmo antes disso já o defendíamos aqui.

Acho que essa redução é positiva e, como é óbvio, vai merecer o nosso voto favorável. Apenas, no nosso entender, peca por tardia e achamos que também podia ser um bocadinho mais ambiciosa. Mas gostaríamos de ir um bocadinho mais longe e fica já aqui um repto ao Executivo com uma Proposta de Recomendação no sentido de no próximo ano isentar de IMI as lojas históricas. Na sequência do que a nossa Presidente da Mesa referiu ainda há pouco, acho que dever haver um incentivo para as lojas mais antigas, e podemos estabelecer um mínimo de vinte e cinco anos, e até mesmo para novas lojas, para que haja uma isenção do IMI destas lojas, pois é por demais evidente as dificuldades que estão a passar as nossas lojas tradicionais do comércio local e se contarmos o número de lojas que hoje o Concelho tem para arrendar é, no nosso entender, preocupante. O pulsar de uma cidade mede-se exactamente por uma economia vibrante e não por meros slogans. No nosso entender esta medida poderia ajudar a estimular a manutenção da sua actividade.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Com a permissão da Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e à semelhança do Deputado Rafael Costa, vou falar sobre o Ponto IX e Ponto X.

Começo por dizer que hoje o Deputado Nuno Rafael do CDS inaugurou um novo critério de distinção entre esquerda e direita como base na defesa da natalidade, e já não é o pessimismo antropológico da direita, já é outra coisa!

Já o disse no passado, e está registado, baixar o sistema de impostos não é só um fim em si mesmo e a política fiscal, tal como o próprio nome indica, é política, é fazer escolhas com base em princípios.

Venho aqui, no fundo, para aderir, relativamente à taxa de 0,34 % do IMI, a dois pontos: Primeiro - Isto não é discutível porque o Município tem contas equilibradas, tem contas sustentáveis, e é possível dar um passo em frente e lançarmo-nos no desagramento fiscal.

Agora, é preciso deixar bem assente, hoje, em Oliveira do Hospital, já temos uma taxa de IMI que está 22 % abaixo daquilo que é o máximo permitido.

Depois, aderir ainda a outro ponto que é muito importante: Para o próximo ano vamos ter que fazer nova ponderação e é preciso estudar e perceber se a baixa do IMI está, ou não, a ser uma medida adequada. Nós cá estaremos no próximo ano para voltar a ponderar e decidir.

Naturalmente que esta taxa de IMI terá o meu voto favorável.

Relativamente à questão da baixa do IMI já em numerário e por família, quero dizer o seguinte: As políticas de natalidade em Oliveira do Hospital são hoje muito mais do que a questão do IMI porque, ainda há pouco tempo, aprovámos aqui um Regulamento que aprovou um princípio da universalidade e que hoje de facto a política de natalidade em Oliveira do Hospital é global. Isto, no fundo, é só um complemento que torna Oliveira do Hospital, do ponto de vista da política de natalidade, precursor e um dos bons exemplos no País.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2020, nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2020 em função do número de dependentes.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2020 em função do número de dependentes, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de autorização para a repartição dos encargos previsíveis com a empreitada Campus Educativo de Oliveira do Hospital - Novas Instalações para o Ensino Pré-Escolar e do 1º CEB, da seguinte forma: 2019 - € 900.000,00 (novecentos mil euros); 2020 € 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros) e 2021 - € 700.000,00 (setecentos mil euros) totalizando € 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil euros).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta repartição dos encargos com a empreitada do Campus Educativo de Oliveira do Hospital foi introduzida porque no nosso Plano e Orçamento existiam verbas para o Campus Educativo no ano de dois mil e dezanove e dois mil e vinte e para o ano de dois mil e vinte e um não havia nenhuma verba.

Vai decorrer agora o concurso para a adjudicação desta obra e nunca faremos a adjudicação antes do mês de janeiro. O prazo de execução da obra vai ter dezoito meses e, por isso, ultrapassa o próximo ano.

Dizer ainda que esta obra só será realizada se tiver participação do Quadro Comunitário. Agora, a grande luta é saber qual é a percentagem da participação, se é de 85%, se é de 70% ou se é de 60%. Também já estou determinado e com uma participação até 60% nós iremos fazer este Centro Escolar. Vamos fazer este Centro Escolar porque temos coragem, porque somos pessoas com visão, e vamos resolver um conjunto de problemas na nossa cidade. Há também outro problema que se vai resolver porque teremos umas instalações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão na atual Escola do Primeiro Ciclo e os laboratórios continuarão nas instalações onde hoje se encontra a Escola Superior.

Temos pela frente grandes desafios, e sabemos que não há ninguém que faça tudo perfeito, mas dez anos no cargo vão-nos dando experiência e a Câmara Municipal também tem que modernizar as suas estruturas e os organismos intermédios porque eu quero deixar uma Câmara Municipal leve mas ágil. Acho que somos capazes de inovar e fazer ruturas com o passado não é mal nenhum.

Dizer ainda que a realização deste Centro Escolar deve-se muito a este Executivo mas também se deve muito a uma pressão enorme da Sra. Vereadora com o pelouro da Educação.

A realização deste Centro Escolar também vai ser muito importante para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Estamos a pensar adquirir, em parceria com o IPC, algumas casas na Zona Histórica para fazer residenciais de estudantes.

Com todo o trabalho que temos realizado em conjunto, acho que devemos deixar um Concelho melhor organizado e com uma determinada qualidade de vida. Há ainda alguns desafios para cumprir e o tempo passa muito depressa mas estamos a trabalhar de forma honesta, dedicada, e com

empenho. Também vos digo o seguinte: Não fazemos mais do que a nossa obrigação porque pagam-nos para isso.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal traz aqui uma proposta que tem a ver mais formalmente com a repartição de custos. O que me interessa fundamentalmente não é exatamente isso. O que me interessa fundamentalmente é o volume de investimento, é aquilo que nós esperamos e pensamos que irá ser uma realidade em Oliveira do Hospital. Aliás, o projeto já foi aqui apresentado nesta Assembleia Municipal e toda a gente percebeu que Oliveira do Hospital tem oportunidade de ter um Centro Educativo de excelência.

Quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo porque está a olhar para a Educação no Concelho de uma forma futurista. Já todos entendemos, o que está aqui em causa não é somente a questão do Campus Educativo. O Campus Educativo é extremamente importante mas, a par disto, há toda a importância relacionada com o futuro do nosso Ensino Superior Politécnico. Pena é que esta obra venha com um atraso de mais de doze anos e pena é que em determinada altura não tenha havido pessoas à frente deste Município com a coragem que o Senhor tem. Isso é que eu lamento!

Agora, vamos em frente e esperemos que a luta por esta fatia que é necessária para construir esta infraestruturas seja ganha e que nessas negociações da reprogramação das verbas dos Fundos Comunitários seja bem-sucedido.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Campus Educativo, já outrora, quando fizemos aqui a apresentação do projeto, o disse, concordo plenamente. Acho que, às vezes, são precisas estas iniciativas ambiciosas. Acho que é um excelente projeto mas continuo a referir o constrangimento no trânsito que se vê todos os dias e uma vez que o projeto está na fase de lançamento de concurso peço mais uma vez que tenha tido em consideração essa situação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal falou sobre o Politécnico e sobre o Ensino Superior que foram uma das minhas lutas durante vários anos.

Acho que mais importante do que guerras de propinas é preciso dar boas condições para os alunos estudarem e para os alunos se fixarem. Requalificar a Escola Primária para eventualmente receber as instalações da ESTGOH é uma excelente ideia e merecerá o meu apoio tal como a construção de residências para que os alunos tenham facilidade em se fixarem no Concelho.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Com certeza que o Campus Educativo será uma grande infraestrutura para Oliveira do Hospital mas, vai-me perdoar, para as freguesias e para os Presidente de Junta que defendem a coesão territorial, também teremos medo dessa concentração dos alunos em Oliveira do Hospital porque com certeza as nossas Freguesias vão ter menos pessoas.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Sou um homem que amo a minha terra, devido à minha atividade viajo de norte a sul do País e hoje somos um Concelho invejado, e já ninguém nos confunde porque toda a gente sabe onde é Oliveira do Hospital.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal foi uma voz importante para o que hoje é a nossa Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Quero aqui lembrar aquela célebre frase que saiu nos jornais de Coimbra que nos queriam roubar a Escola e se calhar foi isso que permitiu que a escola seja hoje aquilo que efetivamente é. Há pessoas que estão aqui e que conhecem pouco da vida em Oliveira do Hospital. Quem está aqui no seu dia-a-dia apercebe-se disso. A Escola tem quatro cursos de referência, quatro cursos que têm uma empregabilidade quase com uma taxa de 100%, e devo-vos dizer aqui, e digo isto com orgulho porque como disse amo Oliveira do Hospital e o meu Concelho, temos alunos de todo o País, temos alunos dos Açores, temos alunos da Madeira. Isto é uma coisa que nos deve orgulhar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal está de parabéns. Acho que o Centro Escolar deve ser uma realidade e as novas instalações para a ESTGOH devem ser apoiadas assim como a Escola Profissional porque são duas escolas de referência que nós temos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A Câmara Municipal adquiriu os terrenos com um Contrato de urbanização com operação de reparcelamento. A aquisição destes terrenos tem a ver com as acessibilidades. Vamos fazer uma reorganização do trânsito junto ao Centro Escolar e vamos abrir uma avenida que vai desde a rotunda da Fundação Aurélio Amaro Dinis até à Zona Industrial.

Os Senhores podem perguntar: Será que temos dinheiro para isto tudo?

Eu também tenho dúvidas mas estou a fazer as contas e no final do meu mandato vou ver quanto é que a Câmara Municipal deve à banca. Posso garantir o seguinte: Quando me for embora, e para quem vier, deixarei menos dívida do que aquela que paguei. Mas, se for necessário haver algum endividamento para concretizar estas obras todas eu acho que nenhum de vocês votará contra.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de autorização para a repartição dos encargos previsíveis com a empreitada Campus Educativo de Oliveira do Hospital – Novas Instalações para o Ensino Pré-Escolar e do 1º CEB, da seguinte forma: 2019 - € 900.000,00 (novecentos mil euros); 2020 € 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros) e 2021 - € 700.000,00 (setecentos mil euros) totalizando € 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil euros), no montante de 2.000, 00 € (dois mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Na minha perspetiva esta Sessão da Assembleia correu bem. Vamos daqui mais informados. Penso que, independentemente de haver representantes de forças políticas diferentes o que é muito saudável e motivante, estamos todos satisfeitos por termos um Executivo liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino. É um Executivo maioritariamente do Partido Socialista mas também com um Vereador eleito pelo PSD. Este Executivo tem trabalhado em prol dos destinos do Concelho e esta capacidade de apresentar projetos estruturantes e de captar financiamento é algo que eu desejo que continue a acontecer na nossa terra e sei que me acompanham neste desejo. Realmente

essa é a via para termos um Concelho cada vez mais atrativo para os que cá vivem e com mais capacidade de captar novos habitantes.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim
_____ Primeira Secretária, que a
subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
